

Ultramar

EDUARDO DOS SANTOS

DAONOR

MITOS E LENDAS DE TIMOR



EDUARDO DOS SANTOS

KANOIK

LENDAS E MITOS DE TIMOR



CAPA E ILUSTRAÇÕES DE
JOSÉ ANTUNES

ULTRAMAR



SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA SOCIEDADE PORTUGUESA

LISBOA 1977
AGLI - JAYNE - ALBERTO

Tipografia SILVAS, LDA.

EDUARDO DOS SANTOS

K A N O I K

LENDAS E MITOS DE TIMOR



CAPA E ILUSTRAÇÕES DE
JOSÉ ANTUNES

ULTRAMAR

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA MOCIDADE PORTUGUESA

LISBOA — 1967

*[...] Timor, que o lenho manda
Sândalo, salutífero e cheiroso.*

(Lusiadas, canto X, estância 134)

INTRODUÇÃO

Demos a este nosso trabalho o título de *Kanoik*. Fomos ao teto buscar a expressão, por ele ser a língua franca do Timor Português. Quer dizer *lenda*, *mito*, *fábula*, *história*.

Com efeito, reunimos aqui alguns dos mitos e lendas dos povos timoreses. Seleccionámos aqueles que julgámos de mais interesse sob o aspecto histórico e etnográfico.

Falámos agora de *mitos* e de *lendas*. Pois, para nós, a *lenda* é a explicação maravilhosa de um facto maravilhoso, e o *mito* é a explicação maravilhosa de um facto real. E factos reais são, por certo, a chegada a Timor do primeiro missionário, o povoamento da Ilha, a criação do Homem, etc. Isto explica o subtítulo do nosso trabalho. Contudo, no texto não falamos de *mitos*. Falamos sempre de *lendas*, em geral, já que este termo vem, correntemente, traduzindo ambos estes conceitos, e assim se evita a polémica dos que gostam de esmiuçar as questões ou dos que se comprazem com discordar sistematicamente dos outros. São diferentes os nossos intentos.

Mas isso não quer dizer que não nos ativéssemos ao rigor científico do que descrevemos. Considerámos apenas os autores que nos merecem toda a confiança. E só a forma é nossa, uma espécie de tradução mais livre, decalcada sobre o que eles contaram. Para alguns, será este até um defeito.

Antes de cada uma das «lendas», ou grupos de «lendas», fazemos uma pequena introdução, de explicação e enquadramento. Ajudará à sua compreensão.

Para os termos timorenses que já entraram no português, usamos grafia portuguesa, embora em itálico.

É indesmentível que o crocodilo, esse temível hidrossáurio, domina a etnografia dos povos timorenses.

Branco, encarnado, preto e verde, todas estas variedades de tão traiçoeiro anfíbio se assinalam em Timor, infestando, na costa norte, os brejos das ribeiras Seical, nas vizinhanças de Baucau, e Comora, em Díli, a lagoa marinha de Tíbar e as margens das ribeiras Lacló, Laleia, Vemasse e Lautém, na sua foz, e, na costa sul, os coilões ⁽¹⁾ das planícies de Viqueque, os sapais de entre Lacluta e a ribeira Dilor, as lagoas de Ué-Lenas, Ué-Lada e Tete-Rade, a ribeira Sahém, as planícies de Fatuberlio, as proximidades de Quiarás e outras ribeiras e praias.

Voraz e dominador nas águas, o crocodilo, desde muito cedo, povoou de medos e terrores a mente do Timorense, tão afastado ele andava do conceito de um Deus providente, cuidador dos homens e do mundo.

Com efeito, o Timor, distinguindo, no mais recôndito do seu consciente, entre o princípio do Bem, Maromak, e o princípio do Mal, Ray-Na'y, tem o primeiro por Ente Supremo, todo poderoso, sumamente bom, mas remoto e ocioso, deixando os homens entregues a si mesmos, constantemente sujeitos às forças maléficas do Ray-Na'y, espécie de abanthesma monstruoso que habita no interior das montanhas, em antros infernais.

Ao lado deste poderoso génio do mal, ao serviço dele, outras forças sobrenaturais, igualmente malfazejas, espreitam todo o dia o homem

⁽¹⁾ Pântanos formados nas correntes das ribeiras. Do teto kolan.

timorense, *lhe* vigiam os passos, para *lhe* dar a morte, a doença, as calamidades, os infortúnios, as desgraças. Ocultando-se em seres materiais, elas podem manifestar-se em determinados animais, certas árvores, pedras, rochedos, nascentes de água, nos próprios elementos, nos caminhos, enfim, em tudo o que a sua mente, povoada de fantasmagorias e de medos, pode inspirar-lhe de temor e respeito. A toda esta casta de seres designa pelo nome de *lulik*, expressão que nos principais dialectos da Ilha significa «proibido», «interdito», e daí «temido», «venerável», «misterioso», «sagrado».

Para os aplacar ou os forçar à satisfação de um desejo, os Timores praticam estilos ⁽²⁾, expõem oferendas, realizam sacrifícios, muitas vezes na mais cruel e satânica das superstições.

O crocodilo é *lulik* ⁽³⁾, o *lulik* que levou o primeiro homem à Ilha e com ele celebrou um pacto de amizade.

Chamam-lhe *bey-na'y*, que quer dizer «avô». Contudo, não se julgam descendentes dele, no sentido próprio, antes em sentido simbólico, como animal mitológico que transportou, no dorso, para aquela terra o primeiro habitante, e, por via disso, proporcionou a multiplicação dos Timorenses.

Demais, uma lenda há também que conta a transformação de certo príncipe em crocodilo por destino dos fados.

⁽²⁾ Cerimónias rituais.

⁽³⁾ Sagrado.

E uma sugestiva hipótese lança o saudoso padre Basílio de Sá, que é esta: o termo bey significa também, de uma maneira geral, «grande»; de bey («grande»), poderiam os Timores chegar a bey («avô») por meio de processos semânticos, de maneira semelhante ao modo como os Latinos de maior («maior») obtiveram maiores («antepassados») (4).

Outra ainda poderia ser a explicação: em teto se diz we-na'y ou be-na'y, significando «dono das águas», tal como rai-na'y quer dizer «dono da terra», uma-na'y «dono da casa»... Ora, assim sendo, o crocodilo pode, por antonomásia, chamar-se we-na'y ou be-na'y. E por transformação fonética da primeira sílaba desta última expressão, acaso motivada pelo ditongação de n'ay, bem poderia ter-se chamado ao crocodilo bey-n'ay («avô») (5).

De qualquer modo, não se pode dizer que, entre os Timorenses, o culto prestado ao lagarto grande ou lagarto d'água, como lhe chamam, seja de totemismo. Não há uma identificação entre o animal e o homem, nem, entre muitos, tabu de o comer e mesmo de o respeitar.

Com efeito, hoje, muito nativos lhe dão caça, utilizando armadilhas ou servindo-se de espingardas, para depois o venderem ou comerem.

(4) Textos em Teto da Literatura Oral Timorense, p. 230.

(5) Ibidem, p. 229. Outros são os nomes do crocodilo nos vários dialectos de Timor: lafaek (teto e midique); lahaek (mambai, idate e lacalei); lafá (habo); lulay (galóli); law-wa-há (uaimoa); bey (baiqueno e búnaque); tata-bey (tocodé e nógò-nógò); tata-bey-a (mambai de Ermera); yamo (lamaquito); lay-da (macassai); ubo-daot (mambai de Ainaro); iti-ubo-daot (mambai de Same).

Já Afonso de Castro, em artigo publicado no Almanaque de Lembranças, de 1867, reproduzido no jornal Voz de Timor, ano I, n.º 3, dá notícia de um crocodilo morto por D. Belchior, um dos chefes autóctones do suco ⁽⁶⁾ de Claco, da planície de Fatuberlio, e seus homens, «e logo despedaçado e devorado pelos que, protegidos da fortuna, ou de D. Belchior, puderam haver uma parte daquela saborosa carne» ⁽⁷⁾. Actualmente, em Vemasse e Luca muitos são os nativos que comem este animal.

No entanto, o respeito por tão horrído e cruel anfibio é ainda geral entre os Timorenses mais chegados às crenças tradicionais.

Armando Pinto Correia nos fala do sacrifício de um cão e de um carneiro, cozinhados com arroz e molho, que o povo de Seical, da região de Baucau, todos os anos oferecia, no sítio de Boro-Uai, que pachorento hidrossáurio vinha cautelosamente manducar. Ainda hoje os timores de Laivai procedem a semelhante estilo.

Em Lautém, diz o mesmo autor, «recorria-se aos crocodilos para certos juízos de Deus de maior monta. Acusado e queixoso, quando não

⁽⁶⁾ Aglomerado de aldeias. Segundo Alberto Osório de Castro (A Ilha Verde e Vermelha de Timor), o suco «(em tétum, cnuà fúcn, súcun; em galóli ható-úran, suco)» é «uma povoação com o seu termo ou alfoz de campos e baldios, em que uns ou outros lugarejos muito dispersos ou casais se espalham» (p. 135). «Um reino devia ter sido primitivamente uma confederação de sucos» (p. 150).

⁽⁷⁾ Cit. de SÁ, Artur Basílio de — Ibidem, p. 217.

chegavam a acordo, eram depostos nas ribeiras para os crocodilos se decidirem por um deles» (8).

Em Cupão, no Timor Indonésio, aquando da aclamação do régulo, uma donzela, das mais perfeitas, era oferecida a um crocodilo que habitava nas águas da ribeira que atravessa a Cidade (9).

Alberto Osório de Castro conta que, certa vez, um europeu matou no pântano de Dili um crocodilo, cuja pele foi preparada pelo Dr. Belarmino Lobo e colocada no Museu Municipal. «Muita gente da cidade e arrabaldes, mesmo cristã, veio trazer ao monstro morto oferendas de arroz e betle» (10).

Na região de Manatuto, os nativos respeitam o crocodilo por motivo da crença, que vem de longe, de ser ele o autor da grande quantidade de camarão que aparece no mar. A comprovar semelhante crendice, está que, se cozerem folhas de papaia com camarões do mar, elas ficam sem amargor; se as cozerem com camarões da ribeira, continuam amargas.

Dantes, os gentios de Dili, quando se matava um crocodilo, punham luto. Hoje, quando pescam de noite, deitam à água betle e areca em oferecimento ao «avô». E quando ele fíla um timorense, é que foi para castigo das suas culpas.

(8) Gentio de Timôr, p. 65(1).

(9) Ibidem, pp. 65-66(1).

(10) A Ilha Verde e Vermelha de Timor, p. 90.

E RA no tempo em que os animais falavam. Lá para terras de Macassar, havia um coilão de águas lamacentas e sossegadas.

Habitava-o um crocodilo, que passava a maior parte do tempo acaçapado nas margens à espera de presa incauta.

Dias e dias se passaram e ele esfomeado. Era Verão, fazia calor logo de manhã cedo. No céu nem uma nuvem. Nenhuma aragem. Apenas um sol abrasador, junto com o ofegante da humidade.

Perto havia uma pequena aldeia. Dela não chegava qualquer ruído.

— Deve estar sem ninguém. Os homens devem ter ido para as lides do mar, as mulheres e as crianças para os campos — cismava o crocodilo.

Nesta convicção, arrastou-se por sobre a areia escaldante. Talvez alapardando-se debaixo de uma sombra amiga lhe viesse à mão algum rafeiro vadio, algum cerdo descuidado ou algum cabrito desprevenido. A fome acossava-o. Era preciso caminhar depressa, aproveitar a saída dos habitantes antes que eles regressassem.

Mas nada conseguiu lograr. Iniciou o regresso, agora mais faminto e amargurado. O Sol já ia a pino. A terra escaldava como ferro em brasa. E nem uma sombra pelo caminho.

Rastejava a custo, a muito custo. As margens da ribeira estavam longe. A areia parecia-lhe cada vez mais abrasadora. Nem uma nuvem passageira lhe minorava a ardência do sol. O corpo, sentia-o qual peso de chumbo e a marcha mais e mais se tornava penosa. Ficou exangue. Não podia mais. Ali se ficou a gemer e a contorcer-se.

Mas eis que por ali passava um rapazito, que ouviu os seus rancos doloridos. Aproximou-se para averiguar de onde partiam aqueles gemidos.

Chegado ao pé do pobre animal, condoeu-se o jovem. Tentou levantá-lo e, vendo que não era muito pesado, tomou-o ao colo e levou-o até ao coilão.

Os olhos do crocodilo, embora mortiços pelo cansaço, lampejavam de reconhecimento e de mansidão.

Entrado na água, o réptil recobrou ânimo e exultou de satisfação. E quase imediatamente, movido de gratidão, disse ao rapaz:

— De ora em diante seremos grandes amigos. Nenhum crocodilo ousará molestar-te. E querendo tu passear pelas ribeiras ou pelos mares, chama-me, que eu te transportarei no meu dorso até onde quiseres. Se for do teu agrado, agora mesmo poderemos partir.

O rapazito aceitou logo a oferta e nesse próprio dia vogou às costas do crocodilo. Era já tarde quando voltou a casa.

Depois, sempre que desejava fazer-se ao mar ou passear nas águas quedas do coilão, chamavam pelo crocodilo, que, solícito e célere, comparecia, ajeitando carinhosamente o dorso para o jovem se sentar. Assim sucedeu durante muito tempo.

Certa vez, porém, deslizavam os dois amigos pelo mar alto quando o crocodilo, cheio de fome, sentiu a tentação de comer o companheiro.



Mas resistiu a tão vil impulso. De um lado, o instinto voraz, do outro, mordentes escrúpulos de cometer tão feia ingratidão.

E não foi a única vez. Noutras digressões, o crocodilo experimentou a mesma tentação. Era preciso justificar, perante a sua consciência e aos olhos dos outros animais, o acto que desejava praticar.

Consultou-se primeiro com os peixes do mar e a seguir com uma baleia.

— Deve-se fazer bem ou mal a quem uma vez nos valeu?

Todos responderam que de modo algum se deve fazer mal. É na mesma moeda que se deve retribuir: o bem com o bem.

Esta resposta não agradou aos seus instintos. Cada vez mais lhe crescia a saliva na boca ao lembrar-se do há muito apetecido pitéu. Mas no fundo condenava um desejo tão torpe.

Nesta luta íntima, procurou todos os animais da Terra, interrogando-os de um por um, e todos responderam como os peixes e o cachalote.

Finalmente, lembrou-se do macaco, conhecido pelas suas cabriolices e matreirice. Talvez ele, no seu irrequietismo, o tranquilizasse para a prática da acção que há tanto tempo vinha congeminando. Mas, pulando sempre de um lado para outro, de um ramo para outro, parecendo que lhe não dava atenção, arregalou os olhos e, estupefacto, indagou:

— Que dizes tu?

Julgando bem encaminhado o seu caso, o crocodilo repetiu, com satisfação, a pergunta. Aqui, o símio, de repente, ficou hirto e, tomando uma expressão carrancuda, numa voz calma e compassada, applicou ao hidrossáurio severa reprimenda:

— Não tens vergonha?! Tu, que foste salvo por esse jovem, e agora, em paga, o queres devorar?!

E, nisto, atirou-lhe, com desdém, as cascas do fruto que estava a comer, fez um esgar de repulsa e abalou por entre a ramaria cerrada da floresta.

De todas, a resposta do macaco foi a que mais fundo calou no ânimo do crocodilo. E, confundido e envergonhado, pôs de banda o seu intento. Mais ainda: resolveu transportar o seu amigo pelos mares além em busca de ventura para lhe recompensar a dedicação.

E, logo na vez primeira que ele foi à praia, carregou-o no dorso e fez-se de longada, por sobre as ondas glaucas do mar, em direcção do Oriente, na fé de que lá, mais perto de onde nasce o Sol, deveria haver coisas tão belas como belo é o astro-rei.

O crocodilo remou, remou. Andou, andou, andou. Por fim, já extenuado, sem forças, parou.

No céu brilhava um sol de turquesa, espelhando-se nas águas baloiçantes do oceano. Aqui, ali, lá ao longe, uma nuvem branca de alva, em novelos fofos.

De súbito, o crocodilo fez-se terra, crescendo, alongando-se e alteando. E a primitiva configuração, esguia como o seu corpo, desde Lautém até Cupão, bojuda no meio como a barriga do anfíbio, manteve-se no entanto.

E esse rapaz, que foi o primeiro habitante da Ilha, lhe chamou *Timur*, que quer dizer «Oriente», e que os Portugueses afeiçoaram, segundo os seus hábitos fonéticos, para *Timor*. ⁽¹¹⁾

⁽¹¹⁾ Todavia, uma tradição corre em Ossu e Ossuroa que nos dá uma versão diferente. Segundo ela, os primeiros imigrantes da Ilha teriam sido uma família completa, de homens e mulheres, vinda de Timor Laut, pequena ilha situada entre a Nova Guiné e Timor. Ao navegar no mar alto, teria sido surpreendida por violenta tempestade e por ela atirada para a contracosta desta ilha. Fixada depois na planície de Quierás, ter-lhe-ia ela dado o nome da sua própria terra: *Timor* (*Timur*).

SÁ, Artur Basílio de — *Ibidem*, pp. 11-23; PASCOAL, Ezequiel Enes — «O Primeiro Habitante de Timor», *Seara* (Dili), ano II, n.º 1-2, Janeiro-Fevereiro de 1950, pp. 9-11; FREDIQUE, Joane — «Como nasceu Timor (Lenda)», *Seleções Femininas* (Lisboa), ano I, n.º 10, Março de 1955, pp. 27-29.

A CRIAÇÃO DO HOMEM E O DILÚVIO

Das duas histórias que aqui reunimos, a lenda da criação do Homem e a lenda do Dilúvio. Para melhor entendê-las, veja a origem de cada uma.

A primeira tem origem de tradição indígena, pouco por via da mitologia dos povos. Mas não se trata pelo primeiro e pelo último da sua adaptação à terra.

A segunda, tão divulgada em Timor, mantendo sempre nos seus contornos, embora no presente de regido para regido.

Da sua história geral, os acontecimentos de sua história, especialmente a origem do povo de Timor e de se multiplicarem. Mas no reino de Camé, por exemplo, é a origem que eles apostaram à ilha, estudos de muito tempo, se dizem.

Desde o seu nascimento, também não são conhecidos os reinos. Em geral, os povos que foram um reino e uma região, irmãos, que depois chegaram ao seu e ao seu e foram filhos, dos quais descendem a Humanidade inteira. Entre os povos de Timor e Macédoia, porém, foram um homem e uma mulher, que nada eram entre si, mas que depois se casaram. No reino de Camé, conta-se que eram vários os acontecimentos, homens e mulheres.

Desde o modo como as águas se elevaram, especialmente a origem da terra. Nesta última região, a lenda diz que os argonautas sobriamente chegaram à ponta do Rincón e se desceram, com espanto, uma grande quantidade de águas. Nesta vez, depois de terem um filho de nome, Odré, e o nome é sua parte que o enfeitaram e o pôs para sempre sobre o mundo inteiro das águas. E logo eles chegaram a ser

São duas lendas que aqui reunimos: a lenda da criação do Homem e a lenda do Dilúvio. Fica melhor contá-las uma a seguir à outra.

A primeira tem laivos de tradição bíblica, acaso por via da missão católica. Mas vale ao menos pelo pitoresco e pelo curioso da sua adaptação à terra.

A segunda, tão divulgada em Timor, mantendo embora um fundo comum, diverge no pormenor de região para região.

De um modo geral, os sobreviventes de tão terrível catástrofe aparecem como sendo de Timor e lá se multiplicaram. Mas no reino de Caimauc, por exemplo, é crença que eles aportaram à Ilha, vindos de muito longe, ao deus-dará.

Sobre o seu número, também não são concordes as versões. Em geral, crê-se que foram um rapaz e uma rapariga, irmãos, que depois casaram um com o outro e tiveram filhos, dos quais descende a Humanidade inteira. Entre os naturais de Souro e Muapitine, porém, foram um homem e uma mulher, que nada eram entre si, mas que depois se casaram. Na região de Caimauc conta-se que eram vários os sobreviventes, homens e mulheres.

Sobre o modo como as águas refluíram, igualmente variam as tradições. Nesta última região, a lenda diz que os argonautas sobreviventes chegaram à ponta do Ramelau e aí descobriram, com espanto, uma palmeira que emergia das águas. Nela um vespão fizera um ninho de terra. Ordenou o arrais à sua gente que o esfarelassem e o pó fosse lançado sobre o imenso lençol das águas. E logo elas começaram a bai-

xar. Como o escoamento se fazia vagaroso, resolveram acelerá-lo. Dois homens se lançaram a nado, um para o sul e outro para o norte, em direcção às cumeadas dos montes que já apontavam à superfície das águas. Cada qual levou em companhia uma mulher e uma tábuia do barco, em que todos haviam aportado ao Ramelau. Foi com essas tábuas que as duas Medeias ⁽¹⁾ empurraram as águas, até delas ficarem limpas as praias de Timor.

Noutros lugares, atribui-se ao pássaro queto forte patada nos vagalhões, fendendo o mar de alto a baixo e obrigando as águas, metade para cada lado, a rolar precipitadas pelas encostas abaixo. E tal foi a violência da pancada que o queto ficou para sempre a coxear...

Vamos procurar, com as várias versões, reconstituir a lenda no que ela tem de fundamental e nos pormenores que podem ser comuns, servindo-nos, sobretudo, da tradição de Lautém.

⁽¹⁾ Medeia era, na lenda grega, filha de Etes, rei de Cólquida. Da mãe herdara o conhecimento das artes mágicas. Tomou-se de amores pelo argonauta Jasão e com ele se exilou em Iolcos. Repudiada por este, veio a consorciar-se com Egeu, rei de Atenas.

A CRIAÇÃO DO HOMEM



NO princípio, a Terra era só trevas e barro. Nem animais, nem aves, nem plantas. A Terra era um mar de lama. Veio Deus à Terra, e, ao ver tanto barro, teve a ideia de com ele fazer um homem. Numa noite escura, sem luar, tomou dele um pedaço e foi-o modelando até lhe dar forma humana. Depois, deu-lhe uma alma e ficou homem. E lhe chamou *Mau-moto*. E criou também uma mulher e lhe deu o nome de *Areçô*. Pô-los em lugar onde nada lhes faltava.

Ali viviam contentes e felizes. Andavam completamente nus. Não sabiam tecer panos, nem havia quem lhes vendesse... Também não tinham necessidade de trabalhar. Havia por toda a parte árvores que davam frutos saborosos.

Contudo, de uma árvore lhes havia sido proibido comer frutos. Era a *Kapulay*, de pequeno porte, de ramos espinhosos e folhas miúdas, frutos de polpa farinhenta e apetitosos.

Mas havia no lugar uma serpente, chamada *Aka*, que usou de manhas para convencer o homem a comer o fruto da *Kapulay*, desobedecendo este, assim, ao interdito de Deus ⁽²⁾. Quando

⁽²⁾ Noutra versão, aparece a Lua, e não a serpente, a tentar o primeiro homem.

começou de engoli-lo, sentiu arrependimento e tentou ainda vomitá-lo. Mas não o conseguiu, tendo-lhe ele ficado na garganta. Daí a «maçã-de-adão»...

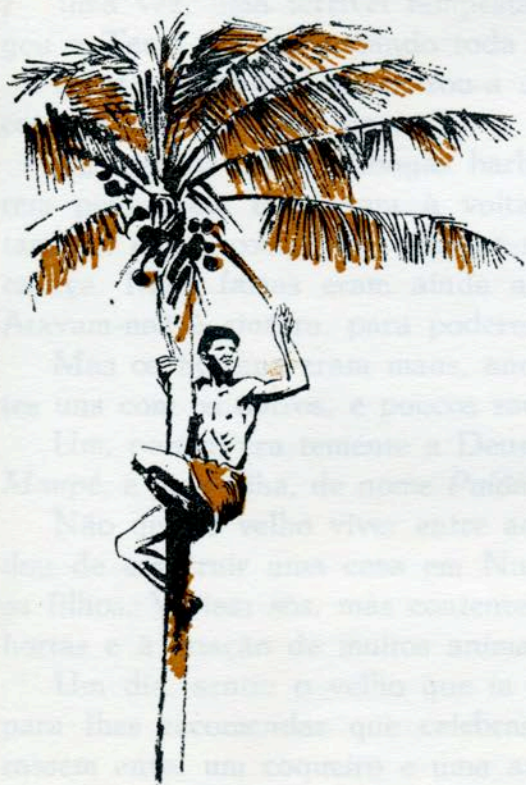
O castigo não se fez esperar. Deus chamou-o e censurou-o. Entregou-lhe uma catana e um cão: a catana, para trabalhar, para com ela prover ao seu sustento, já que agora tudo mudava; o cão, para seu companheiro. Onde o motivo por que todo o timorense não larga a sua catana e não anda sem o seu inseparável cão.

Outra foi a consequência do seu acto. Havia na Terra uma trepadeira que chegava até ao Céu — a *Seytaru*. Por ela poderia o homem subir e chegar até Deus. Depois disso, ela partiu-se e já ninguém pode sair deste mundo antes de morrer.

Maumoto e Areçô tiveram quatro filhos, Zenato, Vaiaquino, Telemoto e Mauréci, e quatro filhas, Queivaca, Cassatilarí e Laumalai.

Deles descende a Humanidade inteira.

O DILÚVIO



J Á havia no Mundo muitos homens e muitas mulheres. Mas uma vez, uma terrível tempestade de vento e chuva alagou a Terra inteira, matando toda a gente.

Deus veio vê-la e encontrou-a deserta. Tornou a povoá-la com uma geração de pigmeus.

Os homens usavam longas barbas, que, para não arrastarem pelo chão, enrolavam à volta do pescoço. Os cabelos, também muito compridos, traziam-nos em roliços no alto da cabeça. Mais fartas eram ainda as cabeleiras das mulheres. Atavam-nas à cintura, para poderem trabalhar.

Mas os homens eram maus, andavam em guerras constantes uns com os outros, e poucos sacrifícios faziam ao Criador.

Um, porém, era temente a Deus. Tinha um filho, chamado *Maupê*, e uma filha, de nome *Puiôna*, ambos bons, como o pai.

Não quis o velho viver entre aqueles homens maus, e cuidou de construir uma casa em Nunutcheno, para onde levou os filhos. Viviam sós, mas contentes, entregues ao cultivo das hortas e à criação de muitos animais.

Um dia, sentiu o velho que ia morrer e chamou os filhos para lhes recomendar que celebrassem sacrifícios e o enterrassem entre um coqueiro e uma arequeira.

Falecido ele, os filhos choraram o óbito e procederam ao enterramento conforme as instruções recebidas. E ali continuaram a viver, sòzinhos.

Estavam eles sentados junto da casa uma bela tarde, quando um violento abalo sísmico fez estremecer toda a Terra. O chão rachou em fendas largas e profundas, delas saindo fogo e fumo. Até as pedras da sepultura do pai se desmoronaram.

Estarrecidos, os dois irmãos fugiram em desenfreada correria para o bambual. Outro sismo abalou a Terra inteira. Também lá Maupê e Puiôna não se sentiram seguros. Correram para casa. Mas esta já estava arrasada. À vista de tamanha desgraça, invocaram a alma do pai e choraram, choraram. Acabaram por adormecer, altas horas da noite, encostados ao coqueiro.

De madrugada, muito cedo, os céus toldaram-se de nuvens negras e trovões começaram a ribombar. Relâmpagos faiscavam aterradores, cruzando os espaços. A chuva principiou de cair, engrossando, engrossando sempre, até correr em catartas. Os campos inundaram-se. As águas foram subindo, subindo cada vez mais. Maupê disse à irmã:

— Sobe para essa arequeira, que eu subo para o coqueiro, para não morrermos afogados.

A chuva não parava de cair, fustigada pelo vento; os trovões e os relâmpagos não cessavam. A escuridão continuava, apesar de já serem horas de o dia despontar. As águas foram subindo, subindo sempre.

Os dois irmãos tiveram de trepar até ao extremo da copa das árvores para não serem arrastados pela torrente. Viram, então, que duas gigantescas massas de água, uma do norte, outra do sul, caminhavam, em tropel, uma para a outra, tudo tragando, tudo destruindo. E foram juntar-se no sítio onde eles se encontravam. Foi indescritível o seu pavor.



— Acabou-se tudo! — gritaram os dois irmãos.

Mas qual não foi o seu espanto quando verificaram que o coqueiro e a arequeira, à medida que as águas aumentavam, também eles cresciam, quase até tocar os céus.

Durante sete dias e sete noites ⁽³⁾, a chuva caiu ininterrupta, cada vez mais grossa. Passado que foi este tempo, as águas começaram a baixar, bem como a arequeira e o coqueiro, até voltarem ao tamanho normal.

Decorreram catorze dias. Findos eles, os dois irmãos desceram das árvores. E foi grande a sua admiração: a Terra, que antes era toda plana, agora, estava enrugada, com altos e baixos, montanhas aqui, planícies acolá, corcovas, desfiladeiros abruptos, encostas íngremes, fracturas alcantiladas; ilhas, eles as viam por toda a parte, separadas pelo mar, quando antes estavam ligadas a um continente; e só pedras e barro deixaram as águas quando refluíram.

Sentiam uma fome devoradora, de tantos dias. Providencialmente, os charcos estavam cheios de peixes. E foram a sua única alimentação até na Terra a vegetação se produzir.

Partiram dali em busca de outros sobreviventes. Andaram, andaram, esquadrinhando todos os recantos da região. Mas nem vivalma. Estavam sós. Maupê então chorou. Mas a irmã procurou encorajá-lo:

— Não chores. O nosso pai aconselhou-nos a não mentir, a não roubar, a não matar, que ele jamais nos abandonaria e Deus ficaria contente. É possível que toda a gente tenha morrido, que não haja outras árvores senão aquelas em que nos salvámos. Mas não mintamos, não roubemos, não matemos, e Deus nos ajudará.

⁽³⁾ Grande é a simpatia dos Timores pelo número 7. Pelo contrário, o número 3 é para eles, de uma maneira geral, aziago.

— Tens razão — disse Maupê. — Sejamós sempre tementes a Deus. Quando tivermos um frango, havemos de Lho sacrificar.

Quiseram, então, construir uma cubata. Mas não tinham catana. Das costelas de um esqueleto de búfalo, que afiaram numa pedra, fizeram catanas.

Entretanto, a vegetação começou a cobrir a Terra, pujante de vida e colorido. A lagoa de Fuiloro descia de nível.

Um dia, Maupê disse à irmã:

— Vamos ver aquele monte branco — apontando para Muapitine. — Talvez lá haja gente!

Seguiram pela cumieira dos montes, junto à costa, até Loi-quero, treparam à colina de Tutuala e de lá avistaram Muapitine. Não viram ninguém. Os seus gritos ou ecoavam nos longes dos vales ou nos recônditos das cavernas, ou morriam no silêncio pesado dos montes. Estavam sós na Terra.

Não podendo seguir avante, por não encontrarem caminho, resolveram voltar para Nunutcheno. O caminho parecia-lhes mais longo e penoso, tanta era a sua amargura.

Durante muito tempo marcharam em silêncio. A certa altura, Puiôna perguntou ao irmão:

— Por que vais triste?

— Estou triste porque, quando formos velhos, não teremos quem cuide de nós.

— Não há-de isso acontecer! — disse a irmã. — Havemos de encontrar uma mulher para ti. Iremos àquele monte mais alto — e indicava o Apra, para lá de Luro — e veremos se lá há gente.

Maupê baixou a cabeça, em sinal de assentimento.

Na manhã do dia seguinte, irmão e irmã partiram mais uma vez à procura de sobreviventes do grande cataclismo. Atravessaram a planície de Fuiloro e seguiram em direituras de Souro, depois de Paricafa e atingiram, finalmente, o monte

Apara. Do alto dele, contemplaram o mar do Norte — o *mar-mulher* — sempre calmo e sossegado, e o mar do Sul — o *mar-homem* — sempre forte e enraivado. Mas nem vestígios de vida humana.

Continuaram, porém. Desceram o Apara em direcção ao mar do Sul. Num barranco cavado pelas enxurradas, uma cabana de olas de palmeira ali estava encalhada. Semelhante achado causou satisfação aos dois jovens peregrinos.

— Haverá aqui perto algum ser humano? — perguntara um deles.

Mas grande foi o terror de ambos quando o outro, no mesmo instante, apontou para um cadáver humano, em extrema decomposição. Correram espavoridos.

Contornaram para ocidente. Galgaram montes, atravessaram ribeiras, cruzaram planícies, na ânsia de encontrarem alguém. Passaram por Loré e Iliômar (*).

Um dia, lá muito adiante, quando um sol radiante refulgia nos céus, avistaram o monte Matebian.

— Aquele é o mais alto! — disse com entusiasmo um dos irmãos. — Vamos até ele.

Caminharam, caminharam sempre. Tornou-se excessivamente dolorosa a subida. Mas avançaram, avançaram sempre, tal era o desejo ardente de se encontrarem com outros entes humanos. A muito custo chegaram ao topo. Dali, todo o Mundo jazia a seus pés: para norte, um mar azul, imenso, marchetado de ilhas; para sul, um mar barrento, sempre eriçado, infindo; para oriente, a serra de Muapitine, a pique sobre o Oceano; para ocidente, montes, muitos montes, com as suas cristas a tocar nas nuvens. Mas de gente, ninguém. Nem sinais.

(*) PASCOAL, Ezequiel Enes — «O Dilúvio na Tradição de Lau-tém», *Seara (Dili)*, ano VI, n.º 5, Setembro-Outubro de 1954, p. 268.

O Dilúvio engolira todos os homens. Só eles restavam, por ameaçamento de Deus.

Esta foi a sua convicção, imediatamente. Prostraram-se no chão, beijaram-no e, estendendo os braços ao céu, exclamaram: — Deus!

Desceram o Matebian. A passo firme e resolutivo, embora tristes, empreenderam o regresso. Lia-se-lhes no rosto o propósito de se resignarem às realidades cruentas da vida. Sós, mas corajosos. Prosseguiram para o norte e chegaram a Laivai ⁽⁵⁾. Depois cortaram para Nunutcheno. Chegaram, alfin, junto do túmulo de seu pai. Junto dele ficaram, como antes.

Os dias foram passando calmos, tranquilos. O clima era ameno, o ar puro, as águas mansas, as areias doiradas, os céus límpidos, uma ou outra vez entrecortados por alguma nuvem branca, em farrapos ou novelos leves, mais leves que a brisa. O peixe era abundante, a vegetação era rica de raízes e folhas comestíveis. A vida dos dois jovens decorria feliz.

Mas, passados tempos, Maupê começou a sentir tédio. Julgou a irmã que se tratasse de coisa passageira. Mas não. Dia para dia, o irmão ficava cada vez mais triste. E Puiôna lhe perguntou um dia:

— Por que andas assim desgostoso? Nada aqui nos falta!...

— É verdade que nada nos falta! Mas quando formos velhos, quem olha por nós?

— Deus sabe — respondeu a irmã. — Ele, que nos salvou, não nos há-de faltar quando chegarmos à velhice.

Mas Puiôna sabia-lhe a causa de andar triste.

Passaram-se tempos, e, uma noite, Maupê teve um sonho que contou à irmã:

— Apareceu-me o espírito do pai a dizer-me que Deus nos queria sempre neste lugar, desejava que fôssemos bons ami-

⁽⁵⁾ *Ibidem*, p. 268.

gos e que, por não haver mais pessoas na Terra, nos casássemos, para haver muita gente.

E logo Puiôna exclamou:

— Deus serviu-se da alma do nosso pai para nos comunicar a Sua vontade. Devemos obedecer-Lhe, para que nos ajude sempre.

Casaram, estabeleceram-se para sempre em Nunutcheno.

Logo no princípio, uma vez, Maupê, friccionando uns paus de bambu, acendeu fogo. Puiôna moldou umas panelas de barro, que cozeram ao sol. Puderam, assim, cozinhar os alimentos. Viviam felizes.

Passados tempos, o ventre de Puiôna começou a inchar. Era o primeiro filho em gestação. E indizível foi o contentamento dos esposos quando ele nasceu são e forte. Depois nasceram mais, ao todo, sete rapazes e sete raparigas ⁽⁶⁾.

Ao cabo de quinze «chuvas» (anos), Deus entregou-lhes uma galinha, que pôs muitos ovos e os chocou. Nasceram pintos, que cresceram e deram origem a todos os galináceos do Mundo. Os primeiros, ofereceram-nos Maupê e Puiôna a Deus e ao espírito do pai, em sacrifício.

Os filhos de Maupê e Puiôna cresceram também e ficaram adultos. Depois casaram-se entre si, procriaram e foram deixando o lar paterno. Um casal foi para Muapitine, outro para Loré, outro para Luro, outro para Lavai, enfim, foram-se todos espalhando pelo Mundo, até o repovoarem.

⁽⁶⁾ Ezequiel Enes Pascoal (*Ibidem*, p. 268), em tradição recolhida na mesma área, narra que «tiveram sete filhos»; na tradição de Fuiloro, consta que o casal houve três filhos e três filhas, sendo o mais novo dos rapazes, o mais diligente de todos, o antepassado dos Portugueses e dos outros Brancos, o do meio, o ascendente dos Timores, mulatos que são, e o mais velho o progenitor dos Negros (RODRIGUES, J. B. — *O Rei de Nári*, pp. 51-54).

Contudo, o filho mais velho ficou com o pai, recebendo dele as tradições da família, para as transmitir aos vindouros. ⁽⁷⁾

⁽⁷⁾ RODRIGUES, J. B. — *Ibidem*, pp. 55-71; PASCOAL, Ezequiel Enes — *Ibidem*, pp. 267-268; *Isdem, ibidem*, ano III, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1951, pp. 18-20; CORRÊA, Armando Pinto — *Gentio de Timôr*, pp. 117-118.

AS QUATRO TRIBOS



Ainda a Antropologia não adiantou sobre a verdadeira identidade dos primeiros habitantes de Timor. Querem uns que eles fossem da raça negra — negritos, papuas ou melanésios; pretendem outros que o substrato primitivo fosse de povos malasianos, de raça amarela.

Contudo, essa imensa babel de dialectos, de caracteres somatológicos e de costumes não dá azo a que os autores possam tirar conclusões únicas e insusceptíveis de contestação.

Segundo o falecido Prof. Mendes Corrêa, «uma mancha indonésia alastra do centro do território dos Belos para leste sobretudo»; «o Noroeste (Ocússi) é principalmente malaio com maior ou menor impregnação melânica»; «o Oeste e o Sudoeste são mais negróides, exceptuada a região de Cupão, mais próxima da dos Belos» ⁽¹⁾. E é tudo quanto se fez de progressos no estudo etnogénico de Timor.

Não obstante, são históricas algumas invasões ou pelo menos aportadas à Ilha de gentes estrangeiras.

Marsden (History of Sumatra), servindo-se de uma informação do capitão King, conta que malaio de Samatra navegavam até às costas norte da Austrália, para ali pescarem, e faziam escala em Timor.

John Williams, apoiado em Marsden, escreve que «diferentes factos provam que, muito tempo antes da visita dos Europeus, os povos de

⁽¹⁾ MAGALHÃES, António Leite de — «Subsídios para o Estudo Etnológico de Timor», Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto), vol. I, fasc. III, 1920, p. 46.

Samatra tinham ido fundar, no aquipélago de Leste, Estados marítimos poderosos e extensos» (2).

Pigafetta (3) escreve que os marinheiros de Fernão de Magalhães, em 1521, encontraram na costa da Ilha um junco vindo de Luçon para fazer o comércio de sândalo. Para o negócio de sândalo e de cera — diz o mesmo autor —, iam a Timor os de Malaca e de Java (4).

Segundo Ch. Delavaud (5), os primeiros imigrantes teriam sido originários de Ternate e entraram pela costa meridional. Nativos timorenses levavam aos missionários portugueses de Solor a notícia desta invasão, facto que Afonso de Castro também refere. E o sultão de Ternate, por se julgar muito senhor da Ilha, a legou à Companhia das Índias Neerlandesas, como veio a comunicar o delegado holandês Styen Parvé em 1847 ao Governador Julião Vieira.

Depois veio a invasão dos macassares do sultão de Toló, pouco depois da queda de Malaca, em 1640.

Daí em diante, foi todo um comércio de cabotagem de macassares, malaios, buguineses e outros povos.

(2) A narrative of Missionary Enterprises in the South Sea Island, Londres, 1837. Cit. MAGALHÃES, António Leite de — Ibidem, p. 56.

(3) Premier Voyage autour du Monde sur l'Escadre de Magellan... Paris, ano IX (1801).

(4) Cit. de CORRÊA, A. A. Mendes — Timor Português, p. 14.

(5) Em artigo sobre Timor de La Grande Encyclopédie.

Quanto aos elementos malaio de que fala Marsden e que John Williams cautelosamente refere de «povos de Samatra», Leite de Magalhães admite se tratasse de tripulantes principalmente bátaques, proto-malaio, «pela ausência de vestígios que nitidamente marcassem uma influência malaia» ⁽⁶⁾.

Demais, o termo malai, que os nativos empregam na lenda que a seguir vamos contar, significa todo e qualquer «estrangeiro», «imigrante». Um inglês, um alemão, um holandês, um negro, um indiano, um comerciante árabe é malai...

Diz a lenda que quatro tribos emigraram de Malaca para Timor. A corresponder ela a facto real, falta esclarecer a que ramo étnico pertenceriam tais emigrantes.

Teriam fundado quatro poderosos reinos, que, através de formas várias, chegaram até aos nossos dias.

⁽⁶⁾ Ibidem, p. 60.

FOI muito antes da chegada dos Portugueses. Quatro tribos, *Hutum Rai Hat* ⁽⁷⁾, zarparam da Península de Malaca em demanda de Timor.

A bordo, os *suangues* ⁽⁸⁾ auguravam à expedição uma jornada venturosa.

No primeiro dia, as jangadas de bambu deslizavam calmas e céleres por sobre as ondas levemente buliçosas do mar. O vento batia de feição, enfunando as velas de esteira.

Na manhã do segundo dia, porém, violenta procela açoitou as jangadas. Os céus abriram-se em cataratas torrenciais, um tufão soprou impetuoso e encapelou as vagas. Os mastros caíram estilhaçados, o velame ficou em farrapos. Um naufrágio ameaçava os argonautas.

Dura foi a luta durante dias contra a tormenta. Os viajantes teimaram em avançar sempre. Mas a tempestade não amainava, antes recrudescia. Depois veio a fome. Era geral o terror.

⁽⁷⁾ *Hutum* — raça; *rai* — terra; *hat* — quatro.

⁽⁸⁾ Feiticeiros.

Sûbitamente, uma voz ecoou por cima das cabeças de toda aquela gente, transida de pânico:

— É o próprio Deus quem vos barra o caminho. É Ele que despeja as torrentes do céu, que agita o furacão, que remexe as ondas em tão altos vagalhões. E tudo só porque vos lançastes em tão temerária empresa e deixastes abandonados os mochos sagrados.

É que sem essas aves sortílegas, esses «cães dos suanges», como lhes chamavam, de nenhum efeito seriam os amuletos e os talismãs.

E acabadas de proferir aquelas palavras, a borrasca amainou como se de encanto se tratasse.

Mudaram então de rumo os viajantes e regressaram a Malaca. Repararam as jangadas, empoleiraram as aves sagradas na mastreação e fizeram-se de novo ao mar.

Agora, sim, as jangadas fendiam as ondas do canal como ponta cortante e corriam velozes, qual flecha disparada pela mão de Deus.

Mas estranhos fados se terão anteposto. Por alturas das Celebes, quando já se avistava Ninobe-Rai-Henec (Macassar), nova tempestade surgiu, arremessando os buques contra os penhascos do litoral e atirando com os passageiros aos escarcéus. Quiseram os fados que todos alcançassem a costa. Nem os crocodilos nem os tubarões lhes fizeram mal. Nadando, sempre nadando, os náufragos, todos, atingiram a praia, sãos e salvos. Mas só eles e as azagaias de ferro e as relíquias sagradas. Todo o resto, bagagens, víveres, livros, o mar o tragou.

Se toda esta perda lastimaram os emigrantes, o desaparecimento dos livros e papéis muito mais lhes custou. Com eles, esqueceram os futuros povoadores de Timor as letras e a arte de as escrever!...

Generosa hospitalidade foi a dos habitantes de Macassar. Deles receberam os náufragos todos os auxílios e as melhores



atenções. E tão gratos estes ficaram que ainda hoje em Behale, o mais importante que foi dos quatro reinos que em Timor fundaram, é obrigação de bem receber todos os macassares.

Mas Timor era a sedução das tribos de *Hutum-Rai-Hat*. A leste, a Ilha parecia acenar-lhes em amoroso convite.

Dois *datos* ⁽⁹⁾, Maquerec e Bedaim, dirigiram a armação de um veleiro, a cuja obra todos deitaram mãos. Entraram nele e rumaram a sudeste. Fizeram aguada em Pulo Cusso, Pulo Cai, Pulo Api e Pulo Loe e depois na ilha que os Portugueses vieram a chamar *Flores* e tornaram capital das suas possessões de Solor e Timor. A enseada de Larantuca cativou-os. Muitos até ali quiseram ficar, vindo a dar origem à população da zona oriental da Ilha.

Contudo, a maioria quis continuar a viagem. Içaram os argonautas novamente as velas e rumaram para a ilha de Timor. Tornearam-na pelo poente e fundearam em angra favorável, no reino de Amatung.

Desembarcaram, escalaram a falésia e, chegados ao topo dela, viram terra fértil e água cantante. Aí foram estabelecer arraiais.

Três *ulum* ⁽¹⁰⁾, todos irmãos, chefiavam três das quatro tribos *malai*. E aconteceu que eles haviam trazido da sua terra três plantas, religiosamente protegidas ao longo da agitada empresa. Cada qual plantou a sua no sítio onde instalou a tribo respectiva: o mais velho, um gondão ⁽¹¹⁾; o do meio, mais a ocidente, um *ai-bico*; e o mais novo, para norte, um *catimo* ou *ha-timo*. Assim, nasceram os reinos de *Behale* (de *we-hali*,

⁽⁹⁾ *Dato* (da palavra malaia *datuh*) — avô, ancião, nobre: indivíduo de nobre estirpe com lugar de chefia. Em teto, têm este nome os chefes de «concelho».

⁽¹⁰⁾ Cabeças, chefes.

⁽¹¹⁾ *Ficus indica*. Em teto, *we-hali* — gondão da água, à letra.

como em teto se diz *gondão*), de *Uai-Hico* e *Hai-Timo*. A quarta tribo foi fixar-se numa montanha, junto de *Uai-Hali*, ao norte dele, vindo depois o seu *liurai* ⁽¹²⁾ receber do mais velho dos *ulum* uma vergõtea da planta votiva, que plantou em *Fatu-Aruin*.

Mas não puderam expandir-se os *malai* sem antes ferirem duros combates com os verdadeiros aborígenes da Ilha, os *Mêlus*.

Ordas guerreiras e selváticas, estes primitivos habitantes de Timor manejavam com destreza setas e pedras. No Timor Indonésio, a oeste da parte central, ainda hoje é possível encontrar povos que se dizem oriundos dos *ema-mêlus*, distinguindo-se da restante população pela forma matrilocal do casamento e pela feitura dos adornos.

Ao cabo de algum tempo de lutas, acabaram por ser dominados pelos *malai* e a grande maior parte foi por estes assimilada. Foi a superioridade das azagaias de ferro dos *malai*, foram os seus feitiços que em muito contribuíram para a pacificação da Ilha.

Com efeito, perto da povoação de *Uai-Hali*, haviam eles edificado uma casa misteriosa, a *Petum*, «feita de materiais incombustíveis e onde, apesar de não haver tecto, não penetrava a chuva» ⁽¹³⁾. Dentro, guardadas por cobras sagradas, estavam expostas várias relíquias: um par de dentes de elefante ⁽¹⁴⁾, um gongo de cobre, punhados simbólicos de terra e outros amuletos, tudo trazido pelos *malai* da sua terra. Depois, ainda ali foram colocados três autênticos canhões de ferro.

A *Petum* ganhou fama de onnipotente magia e causou temor a muitos aborígenes.

⁽¹²⁾ Régulo.

⁽¹³⁾ Cit. de CORRÊA, Armando Pinto — *Gentio de Timôr*, p. 330.

⁽¹⁴⁾ Animal desconhecido em Timor.

Por outro lado, os reis de Uai-Hali, intitulado-se ainda hoje *Maromak-Oan* ⁽¹⁵⁾, não tardaram a governar à sombra dos poderes sobrenaturais que a si próprios atribuíram. Os povos, antigamente, lhes rogavam a vitória nos combates, a chuva para as culturas, a saúde dos homens e dos gados.

De Uai-Hali saíram os nobres que foram fundar os reinos de Suai e Camenasse e dominaram quase toda a parte oriental de Timor.

Contudo, o reino de Uai-Hali ficou sendo o coração de um vasto «império», mantendo sob a sua suserania não só estes dois reinos, mas também outros principados aos quais foi alargando a sua autoridade, como Derma, Laguecon, Voho Tehem, desde Beboque e Insana até Vohorém, Tatumean, Atsabe, Cassa Banque, Leimean, Diru-Uate, Marobo, Leten Talo, Boebau, Balibó e Maubara. ⁽¹⁶⁾

⁽¹⁵⁾ Filhos de Deus.

⁽¹⁶⁾ CORRÊA, Armando Pinto — *Ibidem*, pp. 323-331; OLIVEIRA, Luna de — *Timor na História de Portugal*, vol. I, pp. 33-35.

O PRIMEIRO MISSIONÁRIO DE TIMOR



Está ainda por esclarecer qual o primeiro missionário de Timor. O primeiro missionário e a Ordem Religiosa a que pertencia. Mais ainda: este caso enovela-se com o pormenor histórico tão discutido de o missionário ter precedido, nesta ilha, o soldado, ao invés do que sucedeu em todas as restantes possessões de Portugal no Mundo.

Mais de um autor atribuiu já o descobrimento da ilha de Timor a Fernão de Magalhães, em 1522, na sua viagem de volta ao Mundo. É certo que a nau Victoria, a única da sua armada que regressou a Sevilha, tocou na Ilha esse ano, mas Fernão de Magalhães havia sido morto em 27 de Abril de 1521. Não obstante, tudo indica que os primeiros contactos de europeus com Timor datem de mais além.

Em 1509 Diogo Lopes de Sequeira descobriu Malaca, onde obteve do soberano autorização para o estabelecimento de uma feitoria. As machinacões dos Mouros, porém, lograram afastar de lá os Portugueses até 1511, ano em que Afonso de Albuquerque conquistou a opulenta cidade. Mandou este levantar ali uma fortaleza e de lá despachou embaixadores e descobridores para todo o Oriente.

António de Abreu foi mandado em 1512 com três galeões às ilhas das Molucas, e o porto de Solor passou desde então a servir de escala aos navios que da Índia e de Malaca navegavam em directura àquelas ilhas.

Ao certo, porém, não se sabe se António de Abreu tocou na ilha de Timor. Pelo menos, ninguém da sua frota ali deve ter desembarcado.

Mas apesar de tudo, no roteiro da viagem, em esboços panorâmicos, Timor figura também.

De qualquer modo, foi de Solor, a cerca de setenta milhas de Timor, que os Portugueses afluíram a esta ilha.

Em 1511, pelo mais, já o nome de Timor era deles conhecido. Em Janeiro de 1514, em carta datada de dia 6 para o rei, Afonso de Albuquerque escrevia que o capitão de Malaca lhe havia pedido «a ajuda de um ou dois navios para a navegação entre Malaca, Java, Molucas e Timor»⁽¹⁾. Um documento existente na Torre do Tombo e intitulado «Relação do Estado de Timor e das coizas que nelle passarão desde o anno de 1762 athe o de 1769 mais expecificado que a do cap. 1.º do 2.º tomo do 'Sistema Marcial Aziatico'» conta que a ilha de Timor «foi descoberta por hum navio mercante portuguez, que, hindo para as ilhas Molucas, a fazer carga dos generos que nellas há, hum vento contrario o chegou a costa Leste. Daqui avistou a ilha [...], levando-o a hum porto della a curiosidade de ver a Terra.

«Dois principaes mercadores, naturaes de Malaca, malaios de nação e de relligião christãos desembarcarão; e não achando contradição, tomarão posse de hum sitio em que se estabellecerão.

⁽¹⁾ Cit. de CAMPOS, Porfírio — «Algumas Notas sobre Timôr (I)», Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (Macau), ano XXXVI, n.º 419, Fevereiro de 1939, p. 512.

«Aqui fundarão varios prezidios; e a hum delles goarnecerão de artharia supposto que feito de estacarias e madeiras, e lhe chamarão praça de armas, arvorando nella a bandeira real portugueza. Depois conquistarão terras e instruirão as gentes naturaes na relligião christã, sendo ministros desta instrucção os relligiosos de S. Domingos que athe agora prezistem nas missoens e parochias da mesma ilha.

«O posto daquelle estabelecimento foi o que, no idioma da Terra se chama *Lifão* [...]» ⁽²⁾.

Pena é que tão interessante documento não indique a data do descobrimento e os nomes dos dois mercadores.

E, deste modo, continua por averiguar o ano do descobrimento da «Ilha Verde e Vermelha de Timor», como Osório de Castro lhe chamou, e identificar o seu descobridor.

O mesmo sucede com o seu primeiro missionário. Com rigor, apenas está a claro que em 1561 uma leva de sacerdotes saiu de Malaca para ali fundar uma missão.

No entanto, parece que o primeiro evangelizador da Ilha foi Frei António Taveiro ⁽³⁾. Teria partido de Larantuca, na ilha das Flores, com

⁽²⁾ Idem, *ibidem*, pp. 512-513.

⁽³⁾ Ou Taveira.

alguns nativos, tripulando um pequeno barco. E fez lá «passante de cinco mil christãos, e na ilha do Ende outra mui grande copia d'elles» ⁽⁴⁾.

Em 1557, D. Frei Jorge de Santa Luzia, primeiro bispo de Malaca, mandou Frei António da Cruz acudir às cristandades de Solor. Com ele seguiram doze outros religiosos da Ordem de S. Domingos. Tinham estes partido de Lisboa em Março de 1548 para a Comunidade da Índia Oriental, e, em Goa, foram alojados no Convento de Assis.

A Solor vinham os timorenses vender sândalo. Grande era a vontade de os sacerdotes missionarem na Ilha. Eles a diziam extensa e muito povoada. Contudo, a notícia de ter o sultão Sachil de Ternate invadido Timor e o ter sujeitado quase todo ao seu domínio desencorajava os missionários. Receavam este implacável inimigo dos Portugueses.

Mas semelhante receio não os deteve por muito tempo. Alguns aventuraram-se a visitar a Ilha ⁽⁵⁾.

Depois, foi Solor ocupada pelos Holandeses. Quando pela segunda vez foi por eles abandonada, logo de Malaca foi mandado assistir às cristandades o Padre Frei Miguel da Cruz Rangel, na qualidade de comis-

⁽⁴⁾ SANTOS, Frei João dos — Ethiopia Oriental. Cit. de TEIXEIRA, Manuel — «Notícia Histórica das Missões de Timor», Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (Macau), ano XXXVI, n.º 414-415, Setembro-Outubro de 1938, p. 177. No entanto, Afonso de Castro (As Possessões Portuguezas na Oceania, p. 10) diz que «Fr. António Taveiro apenas havia feito algumas conversões».

⁽⁵⁾ CASTRO, Afonso de — Ibidem, p. 10.

sário visitador. Desembarcou em Larantuca no dia 12 de Abril de 1630, acompanhado de mais doze religiosos ⁽⁶⁾ dominicanos.

Reparada a fortaleza, Frei Miguel mandou para Timor uma expedição de quatro missionários: Frei António de S. Jacinto, superior, Frei Cristóvão de Santiago, Frei Rafael da Veiga e Frei Cristóvão Rangel.

Frei António de S. Jacinto ocupou-se da conversão da rainha de Mena. Sem ela abraçar o Cristianismo, nenhum dos súbditos daria tal passo. A isso se opunham o orgulho da rainha e a superstição dos povos. Bem recebido o missionário, não conseguiu ele convertê-la.

Mais feliz foi Frei Cristóvão Rangel, o primeiro desta leva a penetrar no actual Timor Português. Teve a ventura de baptizar o rei de Silabão ⁽⁷⁾, com toda a família real, depois de o «presentear com hum mimo, unica chave que abre a primeira porta aos que àquelles Principes pedem audiencia» ⁽⁸⁾. Baptizado com o nome de Cristóvão, o rei de Silabão quis depois «assentar entre elle, e os Portugueses amizade perpetua» ⁽⁹⁾. O exemplo do rei foi seguido pela maioria do povo, que logo acorreu a abraçar a nova religião.

⁽⁶⁾ Ibidem, p. 13.

⁽⁷⁾ Ou Silavão.

⁽⁸⁾ CACEGAS, Frei Luiz — História de S. Domingos, liv. IV, vol. VI, cap. III, p. 282. Cit. de VARIZ, M. M. — «Portugal Missionário e as Missões de Timor», Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (Macau), ano XXXIV, n.º 394, Janeiro de 1937, p. 497.

⁽⁹⁾ Ibidem, p. 283. Cit. de TEIXEIRA, Manuel — Ibidem, p. 183.

Frei Rafael da Veiga logrou converter todo o reino de Amávi, começando pela povoação de Batepute; Frei Cristóvão de Santiago, o reino de Cupão.

E sempre os missionários tiveram, ao que parece, bom acolhimento na Ilha.

No entanto, a lenda denota uma evidente animosidade das gentes timorenses para com os inesperados mensageiros da palavra divina.

Isto levanta uma dúvida: não referirá a lenda antes a chegada à Ilha dos homens da nau Victoria? Com eles, sim, os contactos não foram amistosos. É o próprio Pigafetta quem no-lo diz:

«Fui a terra sôzinho para tratar com o chefe da aldeia que se chamava Amaban, a fim de obter dele alguns víveres. Ofereceu-me búfalos, porcos e cabras; mas, quando foi preciso fixar as mercadorias que queria em troca, não pudemos chegar a acordo, porque pretendia muito, e nós tínhamos muito pouco para lhe dar. Tomámos então o partido de reter no navio o chefe de uma outra aldeia, chamada Balibó, que tinha vindo a bordo de boa fé com o filho. Dissemos-lhe que, se queria ser posto em liberdade, deveria conseguir-nos 6 búfalos, 10 porcos e outras tantas cabras. Este homem, que temia ser morto, deu imediatamente ordem para que nos trouxessem tudo o que acabávamos de pedir; e como tinha apenas 5 cabras e 2 porcos, deu-nos 7 búfalos em vez de 6. Feito isto, restituímo-lo a terra muito satisfeito connosco, porque, ao dar-lhe a liberdade, fizemos-lhe um presente de tela, de um tecido indiano de seda e

algodão, de machados, de alfanjes índios, de nossas facas e de espelhos.» ⁽¹⁰⁾.

Mas, seja como for, é do primeiro na'y-lulik ⁽¹¹⁾, *como chamam ao missionário, que os naturais falam na lenda.*

⁽¹⁰⁾ Premier Voyage autour du Monde sur l'Escadre de Magellan..., Paris, ano IX (1801). Cit. de CORRÊA, A. A. Mendes — Timor Português, p. 13.

⁽¹¹⁾ Na'y — chefe; lulik — religioso, sagrado.

F OI há séculos, há muito tempo. Confraternizavam em grandes festas todos os régulos de Timor. Desde uma ponta até à outra da Ilha não faltara nenhum *liurai* ⁽¹²⁾. Talvez fosse a primeira vez que em todo o Timor deixara de ecoar o cântico guerreiro do *Loron-Sa'e* ⁽¹³⁾, entoado em lúgubre *tebedai* ⁽¹⁴⁾ da vitória, fazendo «rolar e saltar as cabeças dos mortos, a pontapés dos guerreiros e das mulheres do suco ⁽¹⁵⁾ ou do reino triunfante enquanto um dos bailadores [...] [fazia] de bobo (*loré*), [girava] e [saltava], aos uivos, e em esgares, acompanhado pelos demais dançadores [...]» ⁽¹⁶⁾.

O ambiente era de entusiasmo e animação. Estava o batuque no seu auge quando as gaitas de bambu e as trompas de chifre de búfalo fizeram anúncio de uma armada que, lá ao longe, se aproximava da Ilha. Pararam os tantãs dos gon-

⁽¹²⁾ Príncipe, grande chefe, régulo.

⁽¹³⁾ «Prece ao Sol». *Loron* — Sol; *sa'e* — orar, suplicar, rogar.

⁽¹⁴⁾ Dança, batuque. De *tebe* — calcar; *rai* — terra.

⁽¹⁵⁾ Grupo de povoações.

⁽¹⁶⁾ CASTRO, Alberto Osório de — *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, p. 98.

gos, emudeceram as vozes, aquietaram-se os ânimos, fixaram-se os olhares na mancha que no horizonte se esboçava. Todos ficaram em sobressalto. Era de facto uma esquadra que se encaminhava para Timor. E não tardaram a tornar-se nítidos os contornos de doze barcos, que a compunham.

Cuidou o régulo supremo que iam para fazer-lhes guerra, e imediatamente reuniu os *liurais* para deliberarem sobre o modo de repelir o ataque. À praia acorreram os guerreiros vestindo *langotins* ⁽¹⁷⁾, *mutiçalas* ⁽¹⁸⁾ ao pescoço, *luas* de prata ou de ouro, axorcas de barbichas de velhos bodes nos tornozelos, manilhas nos braços, penas vistosas na cabeça, e empunhando catanas, parões, arcos e azagaias. Era uma imensa mole de gente que ali se apinhava ameaçadora.

Vendo isto, os nautas acharam por bem fundear ao largo e apenas um barco se aproximar da praia.

Nele, à proa, de pé, um personagem vestido de batina preta, barbas brancas adejando ao vento, o rosto brilhando como o Sol, estrelas e luas no peito, uma cruz na mão esquerda, a mão direita livre. O barco acercava-se cada vez mais. Chegado à fala, um língua ⁽¹⁹⁾ se adiantou, perguntando:

— Vós vindes, com as vossa armas, que pretendeis?

Todos os do barco se calaram. Foi o homem da batina preta quem respondeu:

— Vimos do outro lado do mar, de muito longe, de um grande reino, por ordem de Deus, para vos anunciar os Seus mandamentos. Dai-nos licença para desembarcar.

⁽¹⁷⁾ Pequena tanga, «limitada a uma tira estreita, e traçada na cintura e por entre as pernas, de forma a mal tapar os órgãos sexuais». [CORREIA, Armando Pinto — *Timor de Lés a Lés*, p. 57 (1)].

⁽¹⁸⁾ Colares de coral.

⁽¹⁹⁾ Intérprete.



Traduziu o língua o que acabava de ouvir. Mais se aproximou o régulo sagrado, na sua figura majestosa de chefe guerreiro, vestido de lipa vistosa, ocultando a fronte de penas multicolores, deixando rebrilhar no peito *luas* de ouro, telintar nos pulsos manilhas de prata, escondendo os pés com desgrehnadas felpas de cabra. Uma onda de gente se movimentou para o acompanhar. Fitando a nau, de maneira altiva e demorada, deu a resposta, que o intérprete traduziu:

— Não. Não deixaremos que desembarqueis. E se o tentardes pela violência, matar-vos-emos a todos e beberemos o vosso sangue até à última gota.

Estas palavras tão peremptórias aconselharam à gente da nau atitude prudente.

— Sendo assim — pediram do barco —, deixai, ao menos, que os nossos desçam e vão a terra abastecer-se de água.

Pela boca do língua, o régulo mandou dizer:

— Para isto sòmente, podeis desembarcar. Mas não podeis fazer mais nada e só poucos deverão descer à praia.

Foi um instante enquanto a gente de bordo arriou uma pequena barca e para ela saltaram alguns dos homens. O personagem de hábito negro vinha também.

Desembarcados, logo este se dirigiu ao régulo. Este, diante de tão imponente figura, sentiu algo de misterioso e irresistível que o obrigou a curvar os joelhos e quis beijar-lhe a mão. Mas não lho consentiu o religioso:

— Não me toques. Tu não me pertences. A tua lei é outra.

Então, o régulo, tomado de espanto e confuso, aventou:

— Acaso o título de nossos soberanos, chefe (*na'y*) sagrado (*lulik*), vos pertence?

Ao que ele respondeu:

— É assim mesmo como dizeis.

E *na'y lulik* ficou a chamar-se todo o missionário.

Dispersaram os guerreiros e ninguém se preocupou com espiar os movimentos dos nautas. Vendo aquele estranho homem vestido de batina que o local ficava deserto, ordenou aos marinheiros que fossem pela água e, às ocultas, enterrassem no fundo do poço a âncora da nau, presa à corrente.

Entretanto, as onze naus que tinham ficado ancoradas no mar alto rumaram na véspera para Oeste, de onde haviam surgido.

Voltaram os marinheiros e o padre ao seu navio, que, não obstante o vento lhe enfunar as velas, não conseguia largar, porque a rija amarra o segurava à âncora enterrada no fundo lodoso do poço.

E sucedeu que um rapazito foi buscar água e deu com a âncora e a corrente de ferro presa ao barco. Correu, a toda a pressa, e foi dar conhecimento ao régulo.

A notícia espalhou-se rápida. Logo os régulos acudiram à praia, seguidos dos seus guerreiros e de todo o povo. Chegaram à fonte. Puxaram a âncora, mas não veio. Rapazes possantes vibraram na amarra golpes de afiadas catanas. Ainda o mais afamado dos feiticeiros foi solicitado para proceder a artes de magia. Diante do *lulik* do reino, mascou areca e bétele e foi cuspir o macerado por sobre a corrente de ferro, em esconjuro. Tudo em vão.

Então, enraivecido, o chefe ordenou ao língua que perguntasse ao capitão da nau:

— Por que viestes mergulhar a âncora no fundo do poço e ligá-la ao barco pela corrente? Que pretendeis mostrar com isso?

De bordo, respondeu o homem de batina negra:

— Fizemos isto para rebocar a vossa ilha para Portugal, já que não quisestes escutar a palavra de Deus.

Ouvindo isto, os que estavam na praia mofaram da gente da nau, bradando-lhes:

— Tentai, se podeis!

E o régulo supremo, destacando-se da multidão, caminhou para a frente e ele mesmo gritou:

— Aqui estou eu para te desafiar. Quero ver como podeis rebocar a nossa terra para Portugal.

Da nau, respondeu o mesmo homem de hábito negro:

— Esperai e vereis.

E dizendo isto, subiu à ponte da proa, para que todos bem o vissem, ajoelhou-se, pôs as mãos, levantou os olhos para o céu, numa atitude humilde de quem orava. Depois ergueu-se e deu aos marinheiros voz de partida.

Rangeu o cordeame das velas, remos ágeis fenderam as águas tranquilas da baía. E toda a terra sofreu um violento sacolão. A nau partia e com ela deslizava a Ilha, puxada por uma força como que sobre-humana.

Toda a gente ficou aterrada. Gritos de clamor e aflição ecoavam por toda a parte. Os guerreiros gesticulavam raivosos e vociferavam imprecações. Correram para a frente, apontando os arcos para a nau, mas o régulo supremo, num gesto brusco e violento, impôs silêncio e calma.

— Parai, porque não queremos ir para Portugal — gritou o língua, por ordem do chefe.

— Só pararemos — respondeu o religioso — se nos derdes autorização para desembarcar e quiserdes ouvir a palavra de Deus.

Aqui, os régulos, todos em uníssono, ordenaram ao intérprete que respondesse:

— Aceitamos. Desce, *na'y-lulik*, e traz quantos quiseres.

Desceu o religioso, que, pouco tempo era passado, estava entre a multidão, recebido com temor reverencial. A nau cortou a amarra e fez-se ao mar.

Foi o primeiro missionário de Timor, que, diz a tradição local, veio de Malaca e era bispo. E o Cristianismo se espalhou por toda a parte. A âncora, essa ainda continua presa nas entranhas da terra. Ninguém até hoje foi capaz de a arrancar. Foi por Deus que ali a enterraram. ⁽²⁰⁾

⁽²⁰⁾ SÂ, Artur Basílio de — *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*, pp. 90-103; PASCOAL, Ezequiel Enes — «Curiosa Lenda», *Seara (Dili)*, ano II, n.º 3-4, Março-Abril de 1950, pp. 40-42.

A GUERRA ENTRE BEHALE E LIQUIÇÁ E A FUNDAÇÃO DO REINO DE VEMASSE

Reúnem-se duas lendas: a guerra entre Behale e Liquiçá, e, por via desta, a fundação do reino de Vemassee.

Diz a primeira que há muito tempo a Ilha era pertença de dois únicos régulos: o de Liquiçá e o de Behale. A guerra que estalou entre um e outro, por causa de um contrato de barlaque não cumprido por o de Behale, conduziu, finalmente, à constituição do reino de Vemassee.

Depois, outros reinos teriam surgido, e em 1868 montavam a 47.

O enredo de ambas as lendas ganha motivação na superstição dos luliks e na tendência doentia dos Timores para o mistério.

É uma erva sagrada a única arma que pode matar o Behale, capturado pelo inimigo. Nem as espadas conseguem degolá-lo, nem as azagaias lhe penetram no corpo. Só essa erva sagrada pode estrangulá-lo.

E o lulik do reino uma cobra de ouro, a única força protectora do povo de Liquiçá, que o livra da perseguição dos adversários, que o conduz, são e salvo, a abrigo seguro. É ainda o mesmo lulik que, transformado em homem, fecunda a irmã do régulo para dar sucessor à dinastia reinante.

A propensão dos povos timorenses para o mistério levou os de Liquiçá a cair no logro preparado por alguns de Behale, e muitos foram trucidados por isso. Foram os embusteiros ao mato e apanharam quantas cobras puderam. Levaram-nas aos moradores de Liquiçá, com a garantia de que, se eles as segurassem bem nas mãos e se conservassem imóveis e em absoluto silêncio, teriam um ano de fartas colheitas, até então nunca vistas.

E não lhes ficou de aviso o embuste de que fala a lenda... Em 1929 foi preso em Manatuto um timor a vender grãos de milho, convencendo a gente daquela região e alguma de Dili de que bastava um só grão para dar um milheiral...

Por essa altura, um «vidente» de Aileu, que a si mesmo se intitulava Governador Negro, profetizava para dias próximos a saída dos Brancos...

Em 1931 uma seita religiosa se formou em torno de um «taumaturgo» que operava toda a casta de «milagres», por meio de uma bola de vidro. Um magote de adeptos, sob comando do inspirado, alçando uma bandeira azul e branca, chegou, uma vez, a dar uma volta à igreja católica e a entrar nela até ao altar.

É assim a superstição dos Timores. Angustiados por uma religião que lhes coloca Maromak muito além, muito longe dos homens, e os deixa entregues aos deuses malfazejos, aos luliks e às almas penadas (mate-byan), eles estão em apetência para aceitar toda a sorte de superstições.

A GUERRA ENTRE BEHALE E LIQUIÇÁ



FOI assim. Havia ao tempo em toda a ilha de Timor apenas dois reinos: o de Liquiçá e o de Behale. E grande era o prestígio de ambos os potentados.

Muito afastadas uma corte da outra, não adregavam eles encontrar-se face a face. Mas, um dia, lá para as bandas de Batugadé, juntou-os o acaso numa praia deserta.

Caminharam calmos, majestosos, um para o outro. Ambos eram de estirpe do mais puro sangue. Ambos tinham vastidões enormes sob sua governança. Ambos eram ricos, opulentos, poderosos. Olharam-se nos olhos, com personalidade e altivez.

E logo o de Liquiçá perguntou, com arrogância:

— Quem és tu?

— Eu, sou o filho do Céu e da Terra — respondeu imediatamente o de Behale. — E tu quem és, afinal?

— Eu, sou o filho da Água e do Mar.

Esta resposta pareceu provocar um certo ar de desdém e desconfiança no monarca de Behale. E, acto contínuo, este prosseguiu:

— Não sorrias. Posso demonstrar-to. E tu és capaz de provar os títulos que exhibes?

— Claro que sou. Por que duvidas? — replicou o outro, já agastado.

— Então, se és filho do Céu e da Terra, como dizes, desaparece.

E mal findaram estas palavras o potentado de Behale se converteu num novelo de fumo.

— Está bem. Acredito. Reaparece agora — disse-lhe o de Liquiçá.

E o régulo de Behale voltou à sua forma humana.

— Agora é a tua vez! — observou este a seguir.

E ele se tornou imediatamente numa poça de água, logo absorvida por tremendos vagalhões que assolaram a praia.

— Não é preciso mais. Já vi — disse o de Behale, por sua vez. — Muda-te em homem e sejamos bons amigos.

Voltaram a estar frente a frente. Trocaram entre si a *masca* ⁽¹⁾ da amizade, confraternizaram em alegre camaradagem e juraram paz duradoira entre os dois reinos. Para penhor e garantia desta aliança, acordaram em cada um desposar a irmã do outro.

Regressou cada qual às suas terras, e, dias depois, de um lado e outro, chegaram embaixadores para negociarem as cláusulas dos *barlaques* ⁽²⁾, o montante e a natureza do *bura-muto* ⁽³⁾ e a celebração dos esponsais.

Findas as conferências, de Liquiçá seguiu, quase logo, a irmã do *liurai*. Acompanhava-a numeroso séquito, cavalaria e peonagem, fidalgos e escravos.

⁽¹⁾ Bétele e areca.

⁽²⁾ Casamentos.

⁽³⁾ Preço da noiva.

Neste interim, afluíram de todas as bandas os povos de Liquiçá à sua corte. Houve batuques, festanças de *tuaca* ⁽⁴⁾. Mas de chegar a princesa nubente, não havia meio. Estenderam-se os cavaleiros pelas cristas dos montes, adiantaram-se os alviçareiros até às *balizas* ⁽⁵⁾ do reino, a perscrutar todos os caminhos, todos os recessos.

Passaram-se dias, e, já a multidão começava a impacientar-se, quando, uma bela manhã, correu a notícia de que a princesa de Behale vinha a caminho. Voltou o entusiasmo à aldeia realenga de Liquiçá. Recomeçaram os batuques, as folganças, as beberagens de *tuaca*.

Foi de delírio a recepção. Os gongos e os tambores ensurdecaram os ares, o vozear, o barulho do povolêu mal deixaram ouvir os *haclalas* ⁽⁶⁾ de saudação. Houve batuques, animação, frenesim.

Durante dias a fio não esmoreceram os ardores da festança. Mas sucedeu que um velho influente, que vivera anos no reino de Behale e conhecia bem a irmã do potentado, se abeirou do palanquim real e rompeu aos berros de dizer que aquela não era a verdadeira princesa. A balbúrdia era muita, mas os seus gritos não passaram despercebidos. A notícia circulou. Houve uns instantes de quase silêncio. Depois, toda aquela multidão entrou a vociferar, espumejante de ódio e de vingança.

Foi interrogada a rapariga. Era realmente uma impostora, que quase fora coagida pelo monarca de Behale a desempenhar semelhante farsa.

Fez-se silêncio e todos os olhares se concentraram sobre a figura imponente e austera do *liurai* de Liquiçá. Ele, iracundo,

⁽⁴⁾ De *tua-akal*. Seiva fermentada de palmeira (*tuaqueira*), colhida no pecíolo floral.

⁽⁵⁾ Fronteiras.

⁽⁶⁾ Ovações selvagens. De *haklalak*.

mas de aparência calma, desembainhou a sua espada de guerra, empunhou-a com mão forte e vibrou golpe certo no pescoço da estrangeira. A cabeça rolou até muito longe, o corpo tombou a seus pés, num baque surdo e pesado.

Era preciso ainda desafrontar o ultraje no próprio sangue do monarca de Behale.

Então, o rei de Liquiçá enterrou a espada na bainha e abriu caminho por entre a multidão, num passo estugado e largo.

O povo começou a debandar. Os maiores apressaram-se a seguir o régulo, para lhe saber das intenções.

Ia haver assembleia geral, presidida pelo monarca, para discutir o *fanu*, seja dizer, a razão da guerra que se queria declarar ao rei de Behale. Todos estiveram de acordo: era preciso lavar a ofensa no sangue deste potentado. O *surik ulum*, técnico na arte militar, traçou o plano das operações. Foi chamado em seguida o feiticeiro para proceder ao *estilo* de decapitar um cachorro, abri-lo, examinar-lhe as entranhas e ver do bom ou mau êxito da campanha. Não ficaram dúvidas: o prognóstico era favorável. Era preciso, agora, assegurar o patrocínio do deus dos exércitos, o *Gomit-Uns*, não fosse ele amofinar-se e dar o seu apoio às hostes inimigas.

O povo destroçou. Mas todo ele em fé que o seu rei ia reclamar vingança. E não tardaria.

Foram os guerreiros aprestar as suas armas. Ia estalar uma guerra, sem trêguas e sanguinária. Todos a esperavam.

Por isso, não causou surpresa a ninguém o pregão, ecoado através de montes e vales pelo tambor de *estilo*, *tili*, de que o régulo de Liquiçá declarara guerra ao de Behale. Acorreram os homens válidos a reunir-se aos seus *assuais* (¹), armados de azagaias, de flechas e de catanas.

(¹) Comandantes.

Manhã cedo do dia seguinte, antes de os arraiais se porem em marcha, cada um deles foi depor no *pomali* ⁽⁸⁾ do seu *suco* folhas de areca e rodela de bêtele, em honra de *Gomit-Uns*, em homenagem dos antepassados e de consagração a «Deus e à Terra». Os guerreiros, um por um, passaram diante do *dato-lulik* ⁽⁹⁾, que lhes fez na fronte um sinal vermelho com a masca de bêtele, cal e areca. Ficaram, assim, libertos de toda a impureza moral e imunizados contra as armas do adversário.

Do lado contrário, os preparativos de guerra decorreram no mesmo febril entusiasmo.

Desceram os de Likiçá para o Sul, e os de Behale avançaram para o Norte, até às balizas dos dois reinos.

No trajecto, a certa altura, cada um dos exércitos procedeu ao estilo do *tar-asu*: orações a *Gomit-Uns* para que não faltasse com a sua intercessão, e morte de um cão para lhe consultar o presságio. Catana afiada passou um corte pelas goelas do animal e todos os arraiais se dispuseram ao derredor, à espera que ele acabasse de estrebuchar e tombasse finalmente a cabeça. Mau prenúncio seria se ela jazesse voltada para o reino inimigo. Queria significar que o deus da guerra se passara para os contrários... Mas ambos os estilos, tanto o da gente de Likiçá como o das tropas de Behale, auguraram vitória.

Avançaram, assim, os exércitos um para o outro, confiantes no bom êxito da batalha. Foi uma luta implacável, sem tréguas, que acabou pela prisão do monarca de Behale. Gritaram os arraiais de Likiçá *haclalas* de triunfo. Correram os vencedores a apanhar os crânios dos inimigos ceifados no combate. Decapitar corpos ainda com vida redobrava de valor. Por todos os escaninhos os de Likiçá procuraram pressurosos e impacientes algum inimigo ainda por degolar.

⁽⁸⁾ Casa dos *luliks*.

⁽⁹⁾ Sacerdote de *suco*.

Pulsos amarrados a um bambu cruzado atrás das costas, cabisbaixo, sarão, cabaia e *tais*, todos em farrapos, negro de pó, o régulo traiçoeiro foi conduzido ao acampamento do vencedor, e ali ficou, ao lado do montão dos despojos humanos.

Quis o monarca de Liquiçá ser ele próprio a cortar a cabeça ao prisioneiro, suma vingança que não declinou em ninguém. Frente a frente, olharam-se com ódio e ferocidade. O vencedor esboçou um sorriso de desdém. Os olhos do vencido chisparam de rancor.

Ia começar o cântico do *Lorum-Sahe*, vagaroso, fúnebre, terrificante. O *liurai* desembainhou a catana e tomou-a na mão dextra. Avançou alguns passos, lentos e graves. Fitou os seus guerreiros, depois o montão das cabeças dos inimigos. Eles, empunhando catanas, flechas e azagaias, seguiram com o olhar todos os movimentos do seu régulo. Era de quietude e expectativa o momento.

Nisto, começou ele de entoar as primeiras notas do *Lorum-Sahe*. Todos os secundaram, com calor e energia. Acabado que foi o hino, foram-se aos crânios, desempilharam-nos a pontapés, a pontapés os fizeram rolar pelo chão. As mulheres, em desordem, disputaram também este jogo satânico, procurando, na sua volúpia sanguinária, esfregar as virilhas com os crânios ainda gotejantes dos vencidos. Soaram estrondosos *haclalas*, sedentos de sangue.

Reboou de novo o hino soturno do *Lorum-Sahe*:

Saheba ai tula,
Lalek nare!
Lete la uy tula,
Lalek nare!
Lalek nare!



*Tuan samoro.
Lalek nare!
Uma twan samoro* ⁽¹⁰⁾.

*As fogueiras das clareiras, nas clareiras, ao luar,
Vamos todos, vamos todos, vamos todos bailar.
As cabeças de inimigos, as cabeças de inimigos vão saltar.
Inimigos, perdoar! Inimigos, estostrar, rolar!
Uil na serra a guerra aterra a terra.
É rumor, o tambor, é rumor de guerra* ⁽¹¹⁾.

Acabado ele, mal se tinham extinguido nas dobras do vale os últimos ecos de tão sinistro cântico, o rei de Liquiçá brandiu a catana e vibrou-a certa no pescoço do prisioneiro.

Mas, coisa espantosa, não logrou a lâmina penetrar um pouco que fosse na gorja do traidor.

Enfureceu-se o monarca vencedor, e pediu que lhe trouxessem uma azagaia, a melhor que houvesse no reino.

Recuou o soberano de Liquiçá até à melhor distância, tomou a azagaia na mão direita, firmou-se bem, balançou-se sobre as pernas, curvando-se para trás, e atirou o dardo em lançada forte e certa contra o coração do inimigo.

Mas também a azagaia não conseguiu entrar no peito do adversário. Ao bater, produziu um som cavo e fez ricochete.

Entre os guerreiros e demais povo perpassou um sussurro de estupefacção. Que estranho homem era aquele! — murmuravam.

⁽¹⁰⁾ In CASTRO, Alberto Osório de — *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, p. 98.

⁽¹¹⁾ Tradução libérrima do mesmo autor (*Ibidem*, p. 98).

Então, o rei de Behale, olhando de frente para o régulo de Liquiçá, disse-lhe:

— Sou o filho do Céu e da Terra, e não podes tu matar-me a fio de espada ou a ponta de azagaia. Não. Apenas sou vulnerável a uma coisa. Mas é segredo meu. No entanto, porque reconheço que violei a aliança entre nós celebrada, revelar-to-ei. Se teimas então em matar-me, manda buscar uma pouca de *ahya* e estrangula-me com ela.

Mandou o rei de Liquiçá, porque era grande o seu desejo de vingança, procurar essa erva sagrada. E com ela apertou o pescoço do monarca traiçoeiro de Behale, causando-lhe a morte.

A FUNDAÇÃO DO REINO DE VEMASSE



NÃO se contentou o soberano de Liquiçá com a morte do *liurai* de Behale. Foram os vencidos obrigados a pagar várias *fitas* ⁽¹²⁾ e a entregar cinco dos mais valentes *assuais*, para enquadrarem a tropa de Liquiçá.

Mas não foi esta uma humilhação de todo penosa para os de Behale. Pelo contrário, viram nela uma oportunidade de virem a vingar os opróbrios sofridos. Escolheram, de entre todos, os mais sagazes e valentes *assuais* e mandaram-nos para a corte de Liquiçá.

Treinados na arte da guerra e astutos no ardil e na artimanha, que caracterizaram sempre as operações bélicas entre os Timores, os cinco *assuais* não perderam tempo. Inteiraram-se de todas as usanças do reino, das superstições dos povos, das suas tendências.

Foram para os matos à busca de cobras e caçaram quantas puderam. Trouxeram-nas e convenceram os moradores de que, se nelas pegassem, as segurassem bem nas mãos e se mantivessem imóveis e calados, iriam ter colheitas abundantes como nunca tinham visto.

(12) Tributos, impostos.

Todos caíram no logro, tão propensa era a sua mentalidade a aceitar a superstição.

E, quando eles menos contavam, os cinco *assuais* galgaram a tranqueira e caíram-lhes em cima. A surpresa e a violência do ataque tomaram-nos de pânico.

O rei e os maiores fugiram a bom fugir, alcançaram a praia e fizeram-se ao mar em pequenos *beiros*, caminhando sempre ao longo da costa, para oriente, até algum refúgio seguro. O povo, em tropel, correu atrás do monarca, mas, chegando à praia e não tendo barcos, seguiu-o de longe, pelo litoral acima.

Rei e povo foram juntar-se perto de uma nascente de água salgada, *Ué Massim*, que veio a dar origem à palavra *Vemasse*. Aí nasceu um novo reino, que irradiou para leste e para sul, alargando-se a regiões hoje de Baucau, Lautém, Ossu e Ussuroa.

Não se esqueceu o monarca de consigo trazer o crânio do *liurai* de Behale, já desmiolado pelo occipital e defumado, e o *lulik* do reino, uma cobra de ouro, religiosamente guardada em precioso cofre de sândalo. A ele se atribui a boa ventura de terem chegado salvos.

Os anos foram passando, sem que o rei conseguisse noiva da sua alta condição. Foi envelhecendo. Andava o povo apeninhado com a falta de descendência do seu real senhor.

E foi o *lulik* do reino que mais uma vez salvou os de Liquiçá. Numa noite escura e serena, esgueirou-se para fora da caixa de sândalo, tomou a forma de um homem, musculoso e galã, e foi ter com a irmã do monarca, viúva do rei de Behale, que dormia tranquilamente no seu *lantém* ⁽¹³⁾ de bambu. E não repeliu ela o abraço da divindade. Nove meses depois, desse conúbio sobrenatural, nasciam três gêmeos.

(13) Espécie de tarimba.



Cresceram os moços, sempre na ansiedade de conhecer o pai. E todas as vezes a mãe procurava responder com evasivas quando por ele lhe perguntavam.

Até que foram homens. Então, a mãe levou-os diante do cofre sagrado, abriu-o e mostrou-lhes o *lulik*, apontando-o como seu pai.

Ficaram pasmados. Um deles acreditou e saudou com reverência a paternidade sagrada. Os outros dois mofaram do bocado de ouro.

E logo então o *lulik* voltou à forma humana, e, fitando o primeiro, disse-lhe:

— Já que tiveste respeito para comigo, que te dei o ser, serás o rei de Vemasse, e será na tua descendência que se continuará a casa real. Os teus irmãos e seus descendentes não passarão jamais de plebeus sem categoria, para todo o sempre condenados à pobreza e à servidão, para castigo do seu sacrilégio.

E, dizendo isto, tornou ao seu aspecto de réptil e anichou-se dentro da caixa.

A profecia cumpriu-se, como ordem irrevogável de um deus onnipotente. Um dos filhos da viúva do *liurai* de Behale, aquele que tinha reconhecido o pai, foi o herdeiro do reino. Os irmãos, esses foram expulsos da corte e viveram sempre na pobreza e na servidão dos nobres. E ainda hoje os seus descendentes lá andam em Timor a sofrer esta maldição divina!... ⁽¹⁴⁾

⁽¹⁴⁾ CORRÊA, Armando Pinto — *Gentio de Timôr*, pp. 118-126.

BAUCAU. SUA FUNDAÇÃO E CONQUISTA

São duas lendas bem diferentes, com a particularidade de ambas dizerem respeito a Baucau: uma da sua fundação, outra da sua conquista.

Aparece, na primeira lenda, o animal de mais estima dos Timores, a servir de repasto à paternidade esfomeada do seu dono.

Eram três irmãos: um, possuidor de um porco; outro, de um carneiro; o terceiro, de um cão. Certa vez, o pai foi até Cai-Huno, expressão que em uaimá quer dizer «lugar onde se bebe tuaca», a uns 300 metros onde havia de nascer o primeiro lugarejo de Baucau, e esperou aí que os filhos lhe dessem de almoçar.

O mais novo subiu lesto a um aquediro para encher de tuaca as canas de bambu. Os outros dois entraram a cavaquear e a mascar com o pai.

Quando chegou o rapaz, ajoujado de tuaca, só então o pai deu conta de que não havia carne em que meter o dente. Logo os dois filhos que com ele estavam se esquivaram a matar o cevado ou o carneiro. Mais uma vez a diligência e a dedicação do filho mais novo salvaram a situação. Ofereceu o seu próprio cão, apesar da grande estima que lhe tinha. E tanto maior foi o seu gesto, de abdicação e amor filial.

Na segunda lenda, aparece o ardil, outra vez o ardil, de um grupo desejoso de tomar Baucau, corajosamente aceite pela superstição dos moradores. Convencidos de que a valentia dos forasteiros provinha de, em garotos, lhes terem furado o crânio e nele espetado penas de catatua, quiseram submeter-se à mesma operação, tal era a vontade de a eles se equipararem em coragem e ardor bélicos, para os vencerem.

Mas eles, matreiros, aproveitando-se do negrume da noite, meteram-lhes pelo toutiço adentro uma ponta de ferro bem aguçada. E assim tombaram um a um, esvaindo-se em sangue, e deixaram indefesa Baucau.

A FUNDAÇÃO DE BAUCAU



HOUVE em tempos um velhote, já viúvo, que tinha três filhos: Uono Lói, o mais velho, Tai Lói, o do meio, e Léqui Lói, o mais novo.

Léqui Lói era um caçador apaixonado e não havia noite que não largasse de casa, com o seu rafeiro, à procura de algum laco ⁽¹⁾ ou outro animal. Mas houve uma noite em que, doente ou cansado do trabalho do dia, o moço se estendeu no *lantém* e adormeceu. Dessa vez não saiu.

Na manhã seguinte, o pai, julgando que o filho havia ido à caça como de costume, afastou-se para o sítio de Cai-Huno, e aí aguardou, à semelhança dos outros dias, que os filhos lhe levassem a comida.

Chegaram primeiro os dois filhos mais velhos, também habituados a contar com a caça do irmão. Sentaram-se ao pé do velho, conversaram e mascaram com ele.

Entretanto, Léqui Lói havia trepado a um aquediro e enchera os bambus de *tuaca*.

Vinha ele a chegar, quando o velhote deu fé de que não tinham carne.

— E agora? Temos *tuaca*, mas não temos conduto! — disse o pai.

(1) Espécie de gato selvagem.

— Bem, eu, cá, tenho um porco, mas está mal medrado!...
— respondeu logo Uono Lói.

— Eu tenho um carneiro. Tenho-o em grande estima, mas posso desfazer-me dele — disse por seu lado Tai Lói.

Já estava a poucos passos Léqui Lói, que ouviu a conversa. Imediatamente interveio:

— Na verdade, melhor é poupar o porco e o carneiro. Abate-se o meu cão.

E, sem mais, pegou de um pau ali caído e acertou violenta pancada na cabeça do animal. E tão forte e certa ela foi que o cão tombou de uma só vez.

Esfolaram-no, cortaram-no em pedaços e ali mesmo o assaram.

Comeram, beberam. Finda tão lauta refeição, o pai, pensando no caso, dirigiu-se aos filhos:

— De ora em diante, tu, Uono Lói, já que estás tão preso ao teu cevado, ficarás a chamar-te *Ua-Bubo* ⁽²⁾; tu, Tai Lói, passarás a chamar-te *Cai-Uada* ⁽³⁾; e tu, Léqui Lói, chamar-te-ás *Tiri-Lolo* ⁽⁴⁾, que foi o que mostraste ser.

Decorrido algum tempo, faleceu o ancião, e os filhos separaram-se, indo cada um para seu lado. Ua-Bubo, o mais velho, foi fixar-se junto de uma nascente e aí constituiu família. Foi a origem da povoação de Baucau. Cai-Uada, o segundo, estabeleceu-se mais para ocidente, dando origem ao *suco* de Cai-Bada. O mais novo, Tiri-Lolo, foi para sudoeste e aí fundou o *suco* que recebeu o seu nome.

Ua-Bubo, por via do dialecto uaimá, que entrou a ser falado pelos nativos daquela zona, mudou para *Uau-C'au*, nome de onde provém a designação de *Baucau*.

⁽²⁾ Rabo de porco.

⁽³⁾ Indiferente.

⁽⁴⁾ Homem direito, resoluto.

A CONQUISTA DE BAUCAU



A povoação foi crescendo. Outros aglomerados se formaram depois à volta de Baucau. Em certa altura, eram ao todo seis e envolveram-se em guerra, dois, de um lado, contra quatro, do outro.

Aconteceu que havia em Maca-Dique, para lá dos montes de Matebian, três irmãos.

Certa vez, cada um deles deitou dentro de uma panela cera virgem para derreter. Puseram-na ao fogo. Mas o mais novo teve o cuidado de colocar dentro do seu vaso um pedaço de corda.

Distraíram-se os mais velhos, e, quando se aproximaram da fogueira, ficaram espantados de ver que as suas panelas estavam vazias, ao contrário da do irmão, que tinha a cera coagulada à volta da corda.

Acreditaram, então, que o irmão mais novo tivesse feito qualquer bruxaria ou maroteira parecida. Acusaram-no, zangaram-se, travaram-se de razões uns com os outros, brigaram. O mais novo, porém, foi o que melhor se houve, e ele mesmo, generoso, convenceu os irmãos do ridículo da contenda e de como as coisas se haviam passado.

Envergonhados, os dois irmãos mais velhos propuseram o abandono de Maca-Dique, a fim de esquecerem mais facilmente a bulha havida entre os três.

Assim aconteceu. Dias depois deixaram a terra e dirigiram-se para norte, em busca de uma nascente semelhante à de Maca-Dique. Levaram um porco, um cão, um frango, um fole de ferreiro. Passaram por Ata-Lia, hoje Fatu-Lia, por Ossuala e chegaram ao planalto de Ossuquéli, onde acharam uma nascente subterrânea, maravilhosa, a de Uai-Nique, a despejar as suas águas nas praias de Cai-Sido. Pelo caminho, outros se juntaram a eles.

Em Baucau, estavam em guerra as seis povoações. Um dos grupos rivais, logo que soube que perto dali estavam acampados uns forasteiros, enviou-lhes uma mulher a oferecer um carneiro e um cabrito e a pedir-lhes ajuda. Acederam eles ao pedido, mas, quanto às oferendas, recusaram-nas, por só quererem a paga depois de prestados os serviços.

Não pensaram os de Baucau que os recém-chegados usassem na guerra de processos tão cruéis, quais eram os de cortar as cabeças dos adversários, de esmiolá-las e defumá-las. E isto numa luta sem tréguas nem quartel.

Com efeito, até então, eram ali desconhecidos tão satânicos costumes. Nem tão-pouco se perseguia o inimigo. Nem lícito era saquear as habitações. Só os pilões, os vasilhames e os víveres podiam ser apreendidos.

Por isso, a forma de combater dos forasteiros preocupou o próprio partido que lhes tinha solicitado auxílio. E um dos aliados protestou:

— Não queremos uma guerra assim. Não é nem leal nem cavalheiresco decapitar o adversário. Não se conhecem aqui tais usos.

— Pois é assim mesmo que combateremos. Não estamos habituados a outro modo. E, ou nos deixais pelejar à nossa maneira, ou, então, vós mesmos tereis de vos haver connosco.

E não foi possível demover de hábitos tão ferozes os mercenários.

A guerra foi finalmente ganha pelo seu grupo. E quis ele pagar-lhes generosamente a cooperação: carneiros, cavalos, búfalos, jóias, panaria, escravos sem conta. Mas tudo recusaram. Outra era a compensação desejada:

— Não queremos nem gado, nem ouro, nem escravos. Só exigimos o direito de bebermos daquela água — disse o maioral, apontando para a nascente que brotava cristalina ali a dois passos.

Isso significava que os estrangeiros estavam na disposição de se fixarem definitivamente em Baucau. E não tiveram os antigos moradores coragem ou força para os expulsarem.

Não tardaram os recém-vindos a erguer as suas casas. Não havia dúvida: era ali mesmo que ficariam.

Quiseram, então, os primeiros ocupantes saber-lhes do motivo por que usavam penacho na cabeça ⁽⁵⁾, pensando que era nisso que residia a sua bravura.

— Pois bem. É que, quando éramos miúdos, furaram-nos os crânios e espetaram-nos estas insígnias, que nunca mais deixámos de usar. É nelas que reside a nossa força, a nossa valentia. Mas, se quereis ser também guerreiros destemidos, nós vos iniciaremos.

— Queremos, sim! — exclamaram os velhos donos de Baucau, ansiosos de lhes apanharem o segredo para depois os repelirem.

— Então, trouxei penas de catatua e nós vos tornaremos tão valentes como nós, ou mais ainda.

(5) Penas de catatua, tingidas de amarelo ou vermelho.

Todos aceitaram o convite. Cada estrangeiro tomou à sua conta um filho da terra. Aproveitando a escuridão da noite, os forasteiros cravaram na cabeça dos pobres homens um ferro aguçado. Gritaram de dor tão atroz. Mas os estrangeiros, zombando, procuraram consolá-los:

— A provação é dura, mas resulta. É preciso coragem! A dor já vai acabar! O que é preciso agora é dançar, bailar!

Houve alguns que ainda tentaram os primeiros passos do batuque. Mas logo todos começaram a esvair-se em sangue, tombando no chão, para nunca mais se levantarem. E lá ficaram senhores de Baucau esses terríveis *assuais*. ⁽⁶⁾

⁽⁶⁾ CORRÊA, Armando Pinto — *Gentio de Timôr*, pp. 126-133.

OS DOZE PRATOS SAGRADOS DE PICALÚLI



Diz a lenda que, quando estava prestes a estalar a guerra entre Maubara e Liquiçá, os doze chefes deste último reino, à vista de todos os guerreiros, febris e entusiasmados, se acomodaram calmos, alheios a tudo, à volta de uma mesa para almoçarem.

Doze grandes pratos, cheios de comida, chegaram em palanque de bambu, transportado por ágeis guerreiros, dos mais valentes que o reino possuía.

Colocados em cima da mesa, entraram eles em convulsões, agitados por força oculta. Era o sinal da vitória, que Deus prometia aos de Liquiçá.

Desde então, sempre que iam para a guerra, os chefes de Liquiçá procediam a estilo apropriado para saberem do seu destino: se os pratos tremiam, era indício seguro de que venceriam; caso contrário, iriam entregar à lâmina afiada das catanas inimigas as suas gorjas de vencidos.

Neste caso, fazia-se novo estilo, e, se eles ainda, por si sós, alguma vez se não movimentavam, não havia outro remédio senão dilatar a campanha e sustentar o adversário com promessas e ardis.

Os doze pratos sagrados existem, grandes, de barro vidrado, estampados a cores, religiosamente guardados em certa fractura das rochas, num vale.

Uma vez por outra, de quando em vez, não se esquecem os régulos de comer neles e lhes fazer um estilo, já que não há guerra, como antigamente. E tem sucedido, que, arrecadados em determinada cova, dela se «mudam», de modo misterioso, para outra que lhe fique perto.

CRESCERAM os homens de Maubara sempre em ódio figadal aos de Liquiçá. As guerras foram contínuas entre uns e outros.

Certa vez, em Liquiçá, iminente a luta, os tambores rufaram estrondosos, por montes e vales, a chamar os guerreiros. A gente de Maubara estava já encostada às *balizas* do reino para o invadir.

Afluíram os guerreiros pressurosos, vestindo *tais* de barras vivas de retrós, cingidos no tronco por corpete vermelho sem mangas, *luas* de ouro ou de prata pendentes do pescoço. Na mão esquerda, empunhavam escudos de pele de búfalo, na direita, pontiagudas azagaias ou afiadas catanas. No vasto terreiro da capital do reino, havia por toda a parte febril agitação: guerreiros que conversavam, mulheres que se movimentavam, *assuais* que discutiam as operações, crianças que berravam, tamborileiros que atroavam os ares com os seus tantãs, um vozear infindo, um sussurro imenso.

Entretanto, os doze chefes, sempre tidos por invencíveis, caminharam indiferentes, por entre os *haclalas* da multidão enfurecida, para uma mesa que, à vista dos guerreiros já ali-

nhados, lhes estava em frente. Seis de cada lado, tomaram os seus lugares e sentaram-se.

Fez-se silêncio, logo interrompido pelos tambores, gritos e pragas da população ululante. Os chefes endireitaram-se em soberana postura.

Era um pequeno palanque de paus de bambu que estava a chegar. Engrinaldado com as mais vistosas e aromáticas flores do mato, forrado de panos tecidos pelas mais virtuosas mulheres, transportavam-no quatro valentes guerreiros, de passo marcial, certo.

De novo se fez silêncio. Chegou o palanque junto dos invencíveis heróis. Cada um por sua vez, numa compostura invariável, foi até ele e retirou o prato da sua comida.

Começaram a refeição. O silêncio tornou-se profundo. Os olhares de toda aquela gente fixaram-se nos doze pratos que se alinhavam em cima da longa mesa dos chefes. A multidão foi-se chegando, chegando sempre, sem fazer barulho. Coisa estranha se adivinhava. Até os chefes começaram a ficar inquietos.

De repente, os doze pratos, tocados por qual mágica varinha, agitaram-se em convulsões nervosas. A própria comida transbordou dos lados.

Sinal do Céu, assim o julgaram todos. E a multidão desatou toda aos gritos, num misto de alegria e de ódio. Venceriam.

E venceram... Os guerreiros voltaram carregados de cabeças inimigas, gotejantes de sangue, o sangue da vitória.

E desse dia em diante nunca mais o povo de Liquiçá se esqueceu dos doze pratos sagrados. De tempos a tempos, faz-lhes complicado *estilo*, conservando-os algures, em local secreto e reverenciado. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ MELO, Joaquim Gabriel de — «Lenda dos Doze Pratos Sagrados de Picalúli», *Defesa Nacional* (Lisboa), ano XVII, n.ºs 193-194, Maio-Junho de 1950, p. 27.

O GALO E A MALDADE DOS HOMENS



Talvez que a moralidade da lenda possa ser outra: celebrar os feitos de algum jovem régulo de Lalehan. Mas pode bem ser que se pretenda realçar que a maldade também neste mundo é castigada. E surge um galo a chamar os homens à razão.

Poderia, então, ser outro animal a fazer as vezes da burra de Balaão, de que falam as Escrituras Sagradas. Na verdade, outros animais obtiveram consagração na etnografia dos Timores. Mas o galo é valente e leal na luta. Depois, é o companheiro habitual de todo o timorense, dando fê de todos os seus actos.

A toda a hora, por todos os caminhos, se topa com timores sobraçando um galo, como se fora um filho desvelado e merecedor do maior carinho. Acordando o dono ao nascer do Sol, fornecendo-lhe a carne mais apreciada e excitando-lhe o ardor combativo no futu-manu ⁽¹⁾, o galo tem um lugar à parte na vida destes povos.

Que de entusiasmo feroz não gera ele nos homens aquando do «combate de galos»! Firmam-se apostas entre os circunstantes sobre qual dos contendores vai sair vitorioso. Todos se acotovelam em redor do terreiro. Falam, berram, gesticulam, discutem qual o melhor dos lutadores. Lá dentro, os donos, acorados, frente um para o outro, seguram, de mãos trêmulas e excitados, o seu galo.

A luta vai ser de morte. Um dos galos tem de tombar na arena, desfalecido, a jorrar sangue. Uma lâmina muito fina, às vezes envenenada,

(1) Combate de galos.

de dois gumes pontiagudos, é amarrada ao espigão da pata direita. Os dois animais, uma vez colocados de frente um do outro, parecem querer estoirar de um ódio há muito acumulado. Os olhos veiam-se-lhes de sangue, as penas eriçam-se-lhes, todos eles estrebucham nas mãos nervosas que os seguram, procurando, mesmo assim, debicar na crista do inimigo.

São largados, e logo eles se precipitam um para o outro, em voos curtos de furiosa agressão. A multidão enfurece-se, agita-se, berra, incita o galo em que apostou. Os animais parecem compreender o entusiasmo e a ânsia dos seus adeptos e vibram com eles. Esgrimem movimentos ferozes, numa luta, sem tréguas, de ódio e bravura. Picam-se nas cristas, rasgam-se com as lâminas, até um deles cair exausto, de sangue a escorrer de ferida profunda.

Diz a lenda que certa princesa se apaixonou pelo filho de um régulo de Lalehan. Encontravam-se clandestinamente. A princesa concebeu, e os irmãos, para desafrontarem a desonra da família, mataram-na, retalhando o cadáver. Quiseram esconder o crime, mas uma pinga de sangue os denunciou ao filho do régulo. Dessa gota de sangue coalhado, conseguiu o jovem amante restitui-la à vida.

Levou-a para sua casa, e dos seus amores nasceu um filho, que mais tarde vingou a morte da mãe.

Régulo que ele veio a ser, reduziu à condição de simples asureares ⁽²⁾

(2) *Serviçais*. Deturpação do termo português auxiliar, adaptado à fonética dos dialectos do país.

todos os tios, com excepção do mais novo, que se opusera a tão criminoso acto, tentando salvar a irmã. A este, fê-lo tenente-coronel.

E aqui nos revela a lenda uma usança que foi dos Portuguezes nos primórdios da ocupação.

Com efeito, quando em 1702 desembarcava na Ilha, António Coelho Guerreiro levava consigo Regimento que lhe fazia, entre outras, esta recomendação:

«[...] Provereis todos os postos militares da vossa jurisdição nos soldados mais experimentados, assim dos que rezidem naquellas Ilhas como nos que levais na vossa companhia precedendo sempre os Portuguezes aos naturais dellas por mais firme a confiança que se deve fazer delles de cuja regra exceptuareis aos que se tiverem habilitado com provas de fidelidade [...].» (3)

Deste modo, se criou em Timor uma espécie de milícia local, de segunda linha, hierarquizada.

Depois, D. Manuel de Sotto Mayor concedeu aos régulos a patente de coronel; aos datos (4), a de tenente-coronel; e a outros chefes menores, as de major e de capitão.

(3) Cit. de SÁ, Artur Basílio de — Textos em Teto da Literatura Oral Timorense, p. 254.

(4) Chefes de suco, grupo de povoações.

Na lenda, o filho da infeliz princesa, porque régulo, reservou para si a patente de coronel; ao tio mais novo, defensor da mãe, nomeou-o tenente-coronel.

Hoje, de toda essa tão característica milícia, que de tantos serviços prestou na pacificação da terra, só resta a tradição, que a lenda recorda.

ERAM sete irmãos: seis príncipes e uma princesa, chamada Buíco, por ser a mais nova de todos.

Os pais, velhos régulos, haviam morrido. Ficaram os irmãos com o encargo de Buíco. Fizeram-lhe uma casa no alto de uma mangueira, com uma escada de sete vãos, e não a deixavam de lá sair. Eles iam de manhã para as lavras e de lá regressavam só ao cair da noite.

Sabendo disto, o filho do régulo de Lalehan transformou-se em galo e passou a visitar a desolada princesa. Ao cabo de algum tempo, por via destes amores, Buíco concebeu. Os dias foram passando, sem que o irmão mais novo, obrigado pelos outros a visitar diàriamente a irmã, desse por coisa alguma.

Mas, uma vez, notou que o corpo de Buíco não era o mesmo e foi imediatamente avisar os irmãos. Estes acorreram logo e verificaram o estado da irmã. Ficaram furiosos e decidiram matá-la, para desagravo da ofensa da família.

O irmão mais novo, porém, ao ouvir-lhes tais propósitos, procurou dissuadi-los de cometerem semelhante loucura. Todavia, não conseguiu ele demover os irmãos.

Acordado o dia da execução e chegado ele, juntaram-se os seis irmãos ao fundo da escada, debaixo da mangueira. Cada

um dos cinco irmãos mais velhos fez-se acompanhar do seu cão. O mais novo levou o seu *sarão* ⁽⁵⁾. Chamaram pela irmã que descesse.

Outra vez o mais jovem quis interceder pela irmã, mas foi ameaçado:

— Vê lá se queres que te matemos também!

Buíco, várias vezes instada, desceu vagarosamente, penosamente, receosa da sua sorte.

Cortaram, a toda a volta, uma grande sumaumeira, e, quando ela estava prestes a tombar, obrigaram a irmã a colocar-se debaixo. E disseram ao irmão mais novo:

— Já que a queres salvar, vai agora acudir-lhe!...

Esboçou ainda o moço alguns movimentos para a socorrer, mas a árvore desabou mesmo logo, esmagando a pobre rapariga.

Entrou o jovem irmão em choro convulsivo, cobrindo com o seu *sarão* o corpo de Buíco.

E não ficou por aqui a crueldade dos cinco irmãos. Foram-se ao cadáver e fizeram-no em pedaços. O sangue espirrou rutilante, e uma gota foi cair num degrau da escada.

Depois de esquarterado o corpo do infeliz Buíco, entregaram-no aos cães, que até o sangue lhe lamberam, apagando, assim, todos os vestígios do crime. Só aquela gota de sangue ficou.

Como de costume, o filho do régulo de Lalehan foi para ver Buíco. Chegou, mas não a encontrou.

— Foi morta pelos irmãos! — disse de si para si.

Buscando por toda a parte, aquela gota de sangue tirou-lhe todas as esperanças. Buíco fora morta pelos malvados dos irmãos — não havia dúvida.

(5) *Sarão* ou *sarang*. Pano de trajar.

Então, colhendo, com indizível carinho, num pouco de algodão em rama, a gota de sangue coalhada, guardou-a na sua mala e subiu com ela para a casa onde Buíco vivera. Passaram-se dois dias, durante os quais ali permaneceu. Desceu da mangueira, tomou entre ambas as mãos o algodão com a gota de sangue, levou-o até quase aos lábios, concentrou todo o seu espírito, insuflou nela o seu hálito e fez ressuscitar a sua amada.

Eram de novo felizes. Caíram logo nos braços um do outro. Depois, seguiram para Lalehan, e aí ficaram a viver.

Tiveram um filho, nascido com uma estrela na fronte, a quem deram o nome de *D. João*.

Desde petiz, *D. João* teve um galo, que foi crescendo consigo.

Chegado à adolescência, o moço pediu aos pais que o deixassem ir pelo mundo fora, a tentar a sorte. Nisso não consentiram eles, por ser filho único e lhe terem o maior amor. Mas, como o jovem não havia meio de desistir dos seus intentos, acabaram por ceder.

E logo ele mandou cozinhar sete saquinhos de arroz de provisões. Aprontado, despediu-se dos pais e pediu-lhes a bênção. Pegou no galo ao colo e partiu.

Passou pela casa dos tios. Encontrou o primeiro em frente da casa, e a tia a tecer na varanda. Nenhum deles reconheceu *D. João*. Quando estava a chegar, o tio lhe perguntou:

— Olá, amigo. Para onde vais?

— Ando a tentar a sorte.

Conversaram algum tempo. Neste entretanto, o galo saiu das mãos do seu dono, saltou para cima do tear e cantou:

— Olha bem e vê se reconheces *D. João*, filho de Buíco.

Foram palavras vãs estas, as do galo. Não mereceram qualquer atenção do tio do rapaz. E este, vendo isso, foi apa-

nhar o galo, afastou-se para um dos lados da casa e comeu um saquinho de arroz.

Depois, seguiu em direitura das casas dos outros seus quatro tios que haviam morto sua mãe. Repetiram-se idênticas cenas.

Finalmente, encaminhou-se para casa do tio que procurara salvar a irmã.

Chegado à aldeia, foi à casa da guarda e pediu a um morador ⁽⁶⁾ que fosse anunciá-lo ao régulo. Não tardou em ser chamado à sua presença.

— Donde vens, amigo, e para onde vais? — perguntou-lhe o régulo.

— Vagueio pelo mundo, a tentar a sorte.

Conversaram depois sobre vários assuntos, e o galo cantou como anteriormente. Mas também ele lhe não prestou atenção.

Convidou o jovem a comer consigo.

— Farei nisso todo o gosto — respondeu o rapaz. — Mas, se me permitis, gostaria que reunísseis à mesma mesa os vossos irmãos e suas mulheres.

Consentiu o régulo e mandou preparar comida para todos. Seguidamente, despachou recado aos irmãos para que viessem, informando-os de que um jovem régulo estava ali e os queria conhecer.

Vieram os cinco irmãos e suas mulheres. Começada a refeição, logo o moço adiantou:

— Brindarei, não no momento do sal, mas, sim, no do picante.

O galo principiou de entoar a sua canção, repetindo-a constantemente. Mas ninguém fez disso caso.

A meio da refeição, D. João pediu licença para contar uma história. Todos à uma disseram *sim* ao simpático rapaz. Mas

(6) Soldado nativo, de segunda linha.

a narrativa era a história de sua mãe, desde o seu nascimento até que foi morta pelos irmãos, até que o pai a ressuscitou e a levou para sua casa, até que ele pediu licença aos pais para ir correr mundo, até que chegou a casa dos parentes, sem nenhum o reconhecer e lhe dar agasalho, até que este seu último tio o recebeu e tão bem o tratou.

Era enorme o espanto de todos. Os cinco tios mais velhos ruborizaram-se de vergonha e sentiram medo. O seu crime estava desvendado e não fora esquecido.

— Estaria ali o moço para vingar a mãe? — pensavam eles.

Chegado a esta parte, D. João levou o piripiri à boca, e tão forte era ele que lhe encheu a testa de gotas de suor. E, ao escorrerem elas, limpavam-lhe a poeira da fronte e puseram a descoberto a estrela. Esta, brilhando como o Sol, fulminou os cinco tios mais velhos e suas mulheres.

O último tio não cabia em si de terror e espanto. Reconheceu, assim, o sobrinho e abraçou-o. E tomado de compaixão, suplicou-lhe que ressuscitasse os tios e suas mulheres.

D. João respondeu:

— Farei o que me pedis, não obstante o muito mal que eles fizeram a minha mãe. Contudo, nunca mais serão régulos.

Dizendo isto, acercou-se dos cadáveres, curvou-se para eles e bafejou-os, dando-lhes de novo vida. Mandou-lhes cortar o cabelo ⁽⁷⁾ e fê-los seus *asureares* ⁽⁸⁾.

E todos o exaltaram e o elegeram régulo, ficando a governar como coronel e seu tio mais novo como tenente-coronel, da sua casa militar. ⁽⁹⁾

(7) Em tempos antigos, as gentes timorenses usavam os cabelos muito compridos. Para castigo de alguma falta grave, costumavam os chefes cortar-lhes as cabeleiras.

(8) Auxiliares, serviçais.

(9) SÁ, Artur Basílio de — *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*, pp. 68-87.

O GONDÃO E AS SETE PRINCESAS



Existe no monte de Hato-Quéssi, na povoação de Nuno-Hou, um gondão imponente, tão alto que dele se avista todo o litoral de Liquiçá e toda a região de Maubara e Bazar-Tete.

Pois, esse gondão o atribui a lenda a uma árvorezinha que nasceu no sítio onde sete tão desconhecidas como encantadoras princesas subiram para os céus, libertando-se da perseguição que um jovem timor lhes vinha movendo.

Mais uma vez aparece o número sete, de tanta simpatia dos Timorenses.

Quererá a lenda dizer que mais vale um pássaro na mão que dois a voar?

SUCEDEU assim. Maubere vinha de vender no bazar de Dili a sua areca e o seu bêtele. Contento com o negócio, caminhava ele, vestido de *lipa* larga e colorida, lenço vermelho na cabeça, catana debaixo do braço, num passo firme mas desajeitado.

Em Camale-Oru, perto da praia, sentiu umas vozes femininas, quais gorjeios de periquitos em bandos. Parou, escutou melhor, para saber de que lado elas vinham.

— Deve ser da lagoa — pensou, lembrando-se de que ali existia uma.

Pé ante pé, muito ao de mansinho, aproximou-se dumas piteiras e espreitou.

— Que elegantes raparigas! — disse baixinho.

Eram, ao todo, sete, jovens, esculturais. Banhavam-se nas águas mornas da lagoa.

O que mais impressionou Maubere foi ver que elas tinham nas costas uma névoa luminosa, parecendo asas de passarinhos.

Não deram elas fé do nosso homem. Continuaram a chapinhar, brincando na água em pequenos voos, ou retoçando na erva fofa das margens.

Maubere adiantou mais alguns passos e foi esconder-se atrás de outra piteira. Ali estavam elas, mais perto. Decidiu apanhá-las. Pulou para a clareira e correu a toda a brida para

as graciosas princesas. Seis delas, que estavam fora da água, deram conta e bateram as asas, elevando-se ágeis para os céus.

A outra, a mais jovem de todas, estando no mais fundo da lagoa e não tendo pé para dar o primeiro impulso, não pôde voar. Fugiu para um dos lados da margem, mas Maubere chegou a tempo. Deitou-lhe as manâpulas calejadas e tomou-a de repelão contra o peito. Ela esbracejou, debatendo-se nos braços fortes do homem. E não pôde soltar-se do amplexo do captor.

Maubere pegou-lhe ao colo e segurou-a bem, com receio de que a encantadora prisioneira se escapasse. Levou-a para casa, prendeu-a no *lantém* e voltou à lagoa na intenção de capturar as restantes.

Mas elas espiaram-lhe os movimentos sem ele notar. Quando Maubere trepava pela encosta, agitaram as asas, elevaram-se da terra e voaram até à casa onde a irmã estava presa. Entraram e soltaram-na.

E rapidamente voltaram para o monte. Quando ele chegou ao alto, ficou admirado de as ver todas ali juntas. Só então compreendeu o seu erro.

De um salto, atirou-se para a frente, na ideia de apanhar alguma. Todavia, elas, leves como o vento, ergueram-se para os ares e voaram em direcção ao Sol.

No sítio de onde elas partiram rebentou uma singela planta, que foi crescendo a olhos vistos, sempre crescendo à medida que se afastavam. Obnubilado pela luz do astro-rei, Maubere deixou de as ver, e, quando baixou o olhar, já a árvorezinha era um majestoso gondão, que ali ficou a recordar aos ambiciosos que de lá subiram para os céus as sete princesinhas e nunca mais voltaram. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ MELO, Joaquim Gabriel de — «Lenda do Gondão das Sete Princesas», *Defesa Nacional* (Lisboa), ano XVII, n.^{os} 193-194, Maio-Junho de 1950, p. 45.

O «TAUMATURGO» JOÃO LERE



Fala a lenda de um mágico famoso de nome João Lere, metade à portuguesa, metade à timorense.

Era o chefe do suco Uâni-Uma, no tempo em que já havia na Ilha governador e prelado. E esta é, sem dúvida, uma curiosidade digna de nota.

Assente a paz com a Holanda, em 6 de Agosto de 1661, e ajustados os termos com a Companhia das Índias Orientais, decidiu-se escolher local azado para uma construção fortificada que servisse de base da soberania portuguesa. Até então, os navios que tocavam em Timor fundeavam em Mena ⁽¹⁾. Contudo, este reino era para os Portugueses uma preocupação constante, obrigando a contínuas expedições mandadas de Larantuca. Era indispensável erguer uma fortaleza que atestasse a soberania de Portugal em terras timorenses e pudesse prevenir e repelir os ataques vindos do exterior. Foi escolhido o lugar de Lifau, rodeado de altas montanhas, dotado de remansosa enseada, de clima salubre e de boa água. Recebeu o nome de Praça de Lifau, e foi capital da Ilha até 1769.

⁽¹⁾ Hoje modesta aldeia para além do enclave de Ocússi, com ele fazendo baliza, Mena foi nos tempos da ocupação cabeça de um famoso reino. E uma lenda, relacionada com o primeiro baptismo administrado em Timor, conta que as águas lustrais foram recebidas por uma filha da rainha local, com o nome de Filomena, em honra da jovem mártir do Cristianismo. E tal veio a ser depois o prestígio da neófita que os povos vizinhos chamaram ao reino terra de Mena, forma sincopada de Filomena, tal-qualmente é uso, na linguagem familiar, chamar Cata por Catarina, Tina por Florentina, Anto por António, Bastian por Sebastião...

Era necessário agora que Portugal tomasse oficialmente posse de Timor e enviasse para lá um governador militar. Os Dominicanos detinham o domínio espiritual e temporal. Mas o número crescente de cristãos e as necessidades espirituais cada vez maiores tornaram-nos impotentes para atender aos dois governos. Por isso, o próprio Superior escreveu ao Vice-Rei da Índia expondo o estado da nova possessão e a necessidade de um chefe militar. E já em 1702 António Coelho Guerreiro se achava de posse daquele governo, com o título de Capitão-General das Ilhas de Solor e Timor.

Quanto ao prelado, com a perda de Malaca, foi ele, por ordem de D. João V (1745), residir em Timor, com catedral em Lifau.

Já antes, D. Frei Manuel de Santo António, por Portaria de 7 de Janeiro de 1718 do Vice-Rei da Índia, obtivera «licença [...] para edificar uma egr.^a em Lifau, em que como bispo sem cabido [pudesse] residir e celebrar os officios divinos, e que não só nesta mas nas mais egr.^{as} erectas, [pudesse] ter clérigos no caso que não [houvesse] relig.^{as} dominic.» (2). D. Frei António de Castro, que foi nomeado bispo de Malaca em Julho de 1738, fixou residência também em Timor, onde faleceu em 9 de Agosto de 1743, tendo sido sepultado na igreja de Lifau.

Portanto, os factos de que fala a lenda seriam posteriores a 1718.

(2) *Mitras Lusitanas no Oriente, II parte, p. 238. Cit. de TEIXEIRA, Manuel — «Notícia Histórica das Missões de Timor», Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (Macau), ano XXXVI, n.º 414-415, Setembro-Outubro de 1938, p. 188.*

JOÃO Lere, assim se chamava o chefe do suco de Uâni-Uma. Cedo correram fama as suas virtudes de taumaturgo.

Uma vez, foi a Lautém a acompanhar o governador, o bispo e o *liurai* de Vemasse. Deixou o governo do suco confiado ao filho.

Estavam os quatro na praia quando, olhando para ocidente, viram, com grande espanto, a terra, por alturas de Uâni-Uma, a abrir-se e a desabar para o mar.

Não era João Lere homem que ficasse quedado perante tão grande catástrofe no seu *suco*. Sem tir-te nem guar-te, e num ápice, arrebatou os brancos e o régulo e pousou-os em Uâni-Uma, sãos e salvos. Depois, fitando com altivez aquele pontal da costa, pronunciou algumas frases misteriosas, que logo devolveram as coisas ao seu estado anterior.

Todos ficaram boquiabertos. E pôde o régulo de Vemasse obter a confirmação dos poderes sobrenaturais de tão estranha criatura.

Tinham chegado com eles a Lautém uns 200 carregadores, com as bagagens do governador e do prelado. Aconteceu que não havia na povoação rações para tanta gente. Apenas uma cesta de arroz. O régulo olhou para João Lere como que

a interrogá-lo e a pedir-lhe que o salvasse de tão apertada situação.

Nisto, o famoso taumaturgo mandou que lhe trouxessem 200 panelas, as enchessem de água e as pusessem ao lume. Pegou da cesta e deitou em cada uma um grão de arroz pilado. Não tardou que o fogo fizesse ferver a água e deixasse transbordar muito arroz. Retiradas da fogueira, as panelas estavam cheias de comida: massas espessas de arroz e grande quantidade de carne de porco, cabrito e galinha. Os carregadores comeram tanto que durante anos não se lembraram de outra coisa.

Quis o régulo aproveitar-se de tudo. Os homens, fatigados de uma longa viagem, precisavam de ser rendidos. Alvitrou o *liurai* que se recrutasse gente fresca no próprio suco de Uâni-Uma. Mas, desprevenido, apanhado assim de surpresa, João Lere invocou que não era fácil em tão pouco tempo reunir tantos homens.

Isso, bem o sabia o manhoso do régulo. Mas o que ele queria era tirar a contraprova das suas faculdades mágicas. Percebendo-lhe o alcance, João Lere não se fez rogado: olhou para as cargas ali no chão e, com uma *rota* ⁽³⁾, deu uma chicotada em cada uma delas, fazendo-as voar a caminho da povoação do *liurai*...

Acusado de feitiçaria e de estar feito com o Diabo, foi o mago conduzido para Manatuto e aí, amarrado de pés e mãos, preso a dois pedregulhos pelo pescoço, o meteram num *beiro* e o puxaram para as águas do ancoradouro. Lá dentro, viraram-lhe o pequeno barco, para ele ir ao fundo e dele não mais sair.

Mas qual não foi o espanto de todos, ao verem que João Lere se havia soltado das amarras e caminhava, calmo, sobre as ondas, em direcção à praia!

(³) Vara, bengala. De *rottan*.

Redobrou a sanha dos algozes. Mal ele pisou as areias da praia, acutilaram-no a azagaia e à catana. Mas nenhum dos ferros ousou penetrar-lhe no corpo.

— Que tens tu que ninguém consegue dar-te a morte? — perguntou, irado, um dos circunstantes.

— Possuo um segredo, a única coisa a que sou vulnerável. Mas se fazeis questão em matar-me, está bem — disse ele sorrindo —, vou revelá-lo. Envolvei-me numa grande paveia de arroz e pegai-lhe o fogo.

Não esperaram por mais nada. Ataram-no a um feixe de palha e incendiaram-no. Uma coluna de fogo e de fumo negro subiu até aos céus. Foi um instante. E quando os algozes foram esgaravatar no brasido, nem restos desse homem extraordinário! Tinha-se evaporado!

Mais tarde, reapareceu à viúva para lhe dizer da sua última vontade: que erguessem, em sua honra, uma casa sem tecto nem portas. E foram os *sucos* de todo o reino que vieram construir-lhe a habitação sagrada.

Depois tornou-se ela a mais importante morada das coisas santas, *uma-falunu* ⁽⁴⁾, de Baucau, aonde os povos acorrem para realizar o *estilo* da chuva.

Quando as plantações estiolam à torreira do sol e as chuvas demoram, o mais categorizado dos sacerdotes da região, o *ira-benu* ⁽⁵⁾, despacha um arauto a convocar as gentes.

Este, tocando um gongo de cobre, sai do suco de Uâni-Uma, da Ponta Bondura, a caminho de Baucau, de Fato-Maca, Ossuquéli, Ossuala e Vemassee. Seguidamente, dirige-se de novo para leste e percorre as terras de Buato e Tequenamata.

Ai do pastor que tenha os rebanhos no caminho por onde ele passe! Tomar-lhe-á um carneiro. E nas aldeias, nas plan-

(4) *Uma* — casa; *falunu* — coisas santas.

(5) *Ira* — água; *benu* — cheia.

tações que percorre, assiste ao arauto o direito de haver uma porção de tudo quanto a terra produz e a chuva fertiliza: arroz, milho, trigo, batata, feijão, coco, tabaco, algodão, areca, café... Todas as casas onde ele entra têm de lhe dar pousada hospitaleira. Em certas cubatas é obrigatório mesmo presenteá-lo com um frango.

Depois de tão salutar peregrinação, recolhe, finalmente, o mensageiro à casa sagrada de Bai-Cai-Lale.

Então, o *ira-benu*, acolitado por seis outros sacerdotes de nomeada, empunhando cada qual sua tocha, alta e grossa, de cera virgem, encaminha-se, a passo lento, para a caverna de Cai-Huno, aberta nas rochas que encimam a Ponta Bondura. Atrás dele, em fila, seguem os acólitos. A multidão aguarda no alto de Bai-Cai-Lale.

A galeria é alta e funda, em parte sob as águas marinhas. Sete fontes brotam das estalactites.

Entram na cafua. O pontífice sempre à frente. Descem, entoando cânticos, que ecoam medonhos de um lado a outro da gruta. Numa das bicas, tida pela mais sagrada, o *ira-benu* enche um bambu. Depois, dirigem-se para a saída.

Mas eis que ela se encontra tapada por muro artificial. Atrás deles, soa a «voz» irada, tenebrosa, do dono da caverna:

— Ó *kaydaw*, *ira lyal* — «Ladrões, que me roubastes a água!»

Não se assusta o *ira-benu*, nem os maiores. Continuam para a porta, majestosos e calmos, nenhum caso fazendo das ameaças.

Chegados lá, profere o magno sacerdote, em surdina, umas palavras cabalísticas. E o muro se «desmorona» como por encanto!

Saem e voltam para Bai-Cai-Lale, no mesmo andar, compassado, compenetrado. A multidão espera-os em silêncio.

Perto, acorre a envolvê-los. Então, o *ira-benu*, todos parados, de pé ao redor dele, levanta o bambu, asperge os peregrinos com a água santa. E, de olhos fitos no céu, pede:

— Ordena aos teus filhos que venham brincar sobre a terra — com isso significando que caíam copiosamente as chuvas.

Assim finda o principal do *estilo*. O povo sai dali e dirige-se para a casa sagrada, a mesma, renovada tantas vezes, que João Lere pediu lhe erguessem. Há depois festança e comezainas. E nem sempre chegam as oferendas que o arauto foi juntando pelo caminho...

Depois, se chove, é porque foi obra do *estilo*; se não chove... (6)

(6) CORRÊA, Armando Pinto — *Gentio de Timôr*, pp. 133-136.

DOIS «GOLIAS»

... e a primeira vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

... e a segunda vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

... e a terceira vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

... e a quarta vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

... e a quinta vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

... e a sexta vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

... e a sétima vez que o homem se viu diante de um espelho. Ele não sabia o que estava fazendo.

Também os Timores immortalizaram na lenda personagens celebrados pela força e pela bravura.

Um é Bere-Mata-Rúaque, temível Hércules cujas malfeitorias levaram o rei de Behale a expulsá-lo dos seus domínios.

De lá, foi para Manu-Fáhi, depois para Alas, seguidamente para Turiscaí, Assa-Queo-Dá, Caimauc e Motael. Sempre as mesmas façanhas criminosas.

Não era possível vencê-lo pela força das armas. Combinaram, então, os de Motael e os de Caimauc eliminá-lo pelo ardil. Foi escolhido um dos maiores de Caimauc.

Entrou este na amizade do gigante e até nas suas confidências. Soube que tinha o seu «calcanhar de Aquiles»: os dois olhos da nuca. E foi por lá que o venceram. Cortaram-lhe a cabeça, que, de direito, pertencia a Caimauc.

Mas os de Motael, quando o vencedor se dispunha a regressar ao seu reino, trocaram o crânio por uma pedra branca, e só na sua terra ele deu pelo embuste. Mas como a pedra de uma sepultura, por uma magia de contacto, representa, muitas vezes, o próprio morto, não ligou ao caso.

E foi no cimo do Orana que as gentes de Caimauc foram depositar a pedra branca, em minúsculo templo, sobre um pano vermelho estendido num lantém, ao lado de outros objectos luliks: duas espadas, chamadas

- (1) Nomes de homens.
 (2) Nomes de mulheres.
 (3) Nome de homem.

Sama-Lele e Têti-Siri⁽¹⁾, e duas azagaías designadas Bi-Soce e Bel-Mau⁽²⁾.
 Perto, cresceu enorme gondão, conhecido por Quei-Bere⁽³⁾, em redor do qual foram sendo amontoadas pedras sobre pedras. Dos seus galhos e ramos pendem queixadas de porcos e cabritos e pontas de búfalos, sacrificados em sucessivos estilos que os povos não deixaram nunca de realizar depois que ali foi deposta a pedra sagrada.
 Quando as chuvas continuam remissas ou grassam em abundância, não falha no Orana singular estilo.
 Em 1939 as pedras desmoronaram-se, e logo o gentio atribuiu ao facto o temporal que, algum tempo após, assolou a Província inteira.
 E lá continua, nos pincares do Orana, a pedra branca, que a sagacidade dos de Motael deu em vez da cabeça de Bere-Mata-Rúaque, confiada à superstição e à veneração dos Timores.
 Outro personagem celebrado pela força e astúcia é Chico Tô, régulo de Bidau, sobre cuja existência a tradição popular de Dili e Manu-Fáhi não aceita dúvidas.
 Fala a lenda em Hugo de Lacerda, de seu nome completo Hugo Goodair de Lacerda Castel-Branco, governador que foi de Timor por duas vezes, uma em 1873-1876 e outra em 1878-1880.

Fica assim situada no tempo a existência do lendário Chico Tô.

Forte, de arcaboijo avantajado (basta dizer que de peito tinha sete palmos de largural), nada podia ele, porém, contra as azagaias sobre si arremessadas. O segredo da sua força, dos seus prodígios, deve-o a um homem de virtude, seu súbdito: um chifre de búfalo que, soprado com força, o livrava de todos os apuros.

E foi com esse chifre de indiscutível onnipotência que uma vez desbaratou todo o exército de Manu-Fáhi, ele sozinho com 24 homens do seu regulado.

E a derrota infligida foi tal que logo o rei de Manu-Fáhi quis celebrar com o de Bidau um pacto de amizade duradoira. Assim fizeram, e ainda hoje, em razão disso, quando os de Díli vão a Manu-Fáhi ou os de Manu-Fáhi vão a Díli, não precisam de licença para tirarem das palhotas e das hortas os mantimentos de que necessitem.

BERE-MATA-RÚAQUE



CHAMAVA-SE Bere-Mata-Rúaque. Corpulento como ninguém, tão forte que arrancava um coqueiro como quem solta da erva um fio, era dado a toda a espécie de patifarias. Queria dos produtos das hortas, exigia *mutiçalas*, enfeites, luas, enfim, tudo o que tinha a sina de lhe cair debaixo dos olhos. E quando as suas exigências não eram satisfeitas, que terríveis não eram as suas vinganças! Tudo destruía, tudo deitava abaixo, tudo arrasava, tal era a sua força e a sua maldade.

Era o terror de todo o reino. Até que o rei conseguiu expulsá-lo de Behale.

Foi então para Manu-Fáhi e Alas, cujos moradores passaram a ser vítimas das mesmas prepotências. Mudou-se depois para Assa-Queo-Dá, atravessando os montes de Turiscai, e seguidamente para Caimauc.

Um dia, desapareceu. Estranho sumiço foi esse que ainda mais perturbou os habitantes! Surgiu depois de Ai-Roma-Lau, uma gruta da montanha sobranceira a Hera, perto da povoação Môntar-Lido, não muito longe de Díli, acompanhado já de quatro outros malandrins, Mau-Laco, Mau-Meta, Léqui-Luma-Tu e Mau-Luca.

Os arrozaes de Motael não tardaram a ser percorridos por tão temível bando.

— Donde terá vindo esse gigante com aquela gente? — perguntavam, uns aos outros, os moradores de Motael.

Apenas correu que ele viera de Caiماuc e que por toda a parte deixara sempre a sua marca de destruição.

Juntaram-se os notáveis de Motael para elegerem em assembléia representação que fosse a Caiماuc saber mais alguma coisa desse terrível aventureiro. Era de urgência eliminá-lo. Achou o *liurai* deste reino e os de seu conselho que só por ardid. Foi escolhido, então, o maioral Sai-Lêur, de Caiماuc, para tão difícil missão. Simularia uma fuga e acolher-se-ia sob a protecção do meliante.

Para melhor disfarce, até o espancaram e o deixaram a escorrer sangue.

Bere-Mata-Rúaque recebeu-o, e ele mesmo lhe cuidou das feridas.

Sai-Lêur soube insinuar-se, e acabou por ser seu confidente. Entrou nos seus segredos. Era nos olhos que Bere-Mata-Rúaque tinha na nuca, tão perspicazes e vivos como os do rosto, que residia o seu ponto fraco.

Conseguiu Sai-Lêur afastar-se, com o pretexto de ir ao matto buscar lenha, e avisar os cúmplices de Caiماuc, que ali o esperavam.

Expos-lhes o seu plano: Bere-Mata-Rúaque, convencido que fora por ele, iria à fonte de Mano-Doras, nos limites de Hera, lavar a sua comprida cabeleira, empastada de lama dos arrozaes e do pó dos caminhos; deviam elles pillar cascas de noz de coco, malagueta e limão, tudo junto; iriam esconder-se nas proximidades da fonte, até que elle chegasse.

Dois dias depois, lá estavam todos. Sai-Lêur mascava noz de coco e camim para untar os cabelos do Golias. Este curvou tranquilamente a cabeça para as águas cristalinas da nas-



cente, e de contínuo os conjurados lhe atiraram aos olhos da nuca a abrasadora mistura e se lançaram sobre ele a golpes de catanas e de azagaias.

Mas, embora a força e a vivacidade habituais logo se revelassem nele diminuídas, nenhuma das armas conseguiu rasgar-lhe as carnes.

Contudo, Bere-Mata-Rúaque, julgando-se irremediavelmente perdido, revelou-lhes que só o poderiam traspassar com a sua própria lança — um rebento de palmeira.

E foi desta maneira que o mataram. Cortaram-lhe a cabeça, e levaram-na, em triunfo, para Motael.

Pelo caminho, passando por Fatu-Cama e por Bidau, exibindo tão glorioso troféu, cantaram:

*Ta ulun kale'uk,
Ba! Tum Fatu-Kama!
Laso ulun kale'uk,
Ba! Tum Fatu-Kama!*

*Ba! Tum! Fatu-Kama, hakloor!
Hera ho Bidaw, hakloor!*

*Ta ulun kale'uk,
Soe ba be!
Laso ulun kale'uk,
Tiha ba be!*

Tiha ba be rodi ramean kabas!

*Tendo degolado a cabeça com vertigens,
Vá! Desçamos Fatu-Cama!
Tendo armado um laço à cabeça com vertigens,
Vá! Desçamos Fatu-Cama!*

Vál Desgamos! Fatu-Cama, busca-o agora!
Hera e Bidau, procura-o agora!

Cortámos-lhe a cabeça com vertigens,
Langámos-la à água!

Degolámos a cabeça com vertigens,
Atirámos-la à água!

Atirámos-la à água para tingir linhas de vermelho!
Atirámos-la à água para Caimauc e Motael tingi-
[rem linhas de vermelho] (*)

Ao chegarem a Motael, toda a gente festejou o aconteci-
mento. Houve batuque e comezainas.
O régulo, querendo recompensar-lhe o feito, deu a Sai-Lêur
a filha em casamento.

Terminados os festejos, este recebeu dos maiores de
Motael, em acto solene, um grande embrulho de gamuta. Devia
trazer a cabeça de Bere-Mata-Rüaque, que, à chegada, lhes
fora confiada pelo vencedor. Sai-Lêur e os seus fizeram as
últimas despedidas e partiram para o reino de Caimauc.
Chegados à sua terra, abriram o embrulho e verificaram
que tinham sido enganados. Era uma pedra branca e não a
cabeça de Bere-Mata-Rüaque.

Ficaram indignados. Mas a pouco e pouco os ânimos foram
serenando, por um dos influentes lembrar que tantas vezes uma
pedra tirada da sepultura representa o próprio defunto.
E a pedra branca foi colocada, em grande estilo, no topo
do monte Orana.
E hoje *lulik*, e muitos continuaram a ser os estilos realiza-
dos ali em sua honra. (*)

(*) PASCOAL, Ezequiel Enes — «Bere-Mata-Rüac», Seara (Dili),
ano VI, n.º 2, Março-Abril de 1954, p. 106.
(*) *Ibidem*, pp. 104-107.

CHICO TÓ



CHICO Tó era um verdadeiro gigante. Governava o regu-
lado de Bidau, ali às portas de Díli. Dedicava-se à pesca.
A sua tarrafa era descomunal.

Uma noite, quando ia pescar, veio-lhe ao encontro um rapa-
zito com o recado de que seu pai o convidava a ir ter com ele.

Chico Tó conhecia bem o pai do pequeno. Era um súbdito
seu, conhecedor de estranhos segredos.

No dia seguinte, por cerca da meia-noite, armado de duas
azagaias, uma catana e um punhal, partiu a caminho da casa
para que tinha sido convidado. Era uma palhota, situada no
outeiro do Curungo-Lau.

Vinha ainda longe quando o súbdito deu pela sua resto-
lhada. Sem demora, foi-lhe ao encontro.

Cumprimentaram-se, e o súbdito disse-lhe da sua admira-
ção por ter aceitado o convite e o ir procurar àquela hora da
noite. E perguntou:

— Trazes contigo uma azagaia?

— Trago duas — respondeu Chico Tó.

— Arremessa-as contra mim, a ver se me apanhas.

O régulo, sem se fazer rogado, pegou numa delas, pô-la
em riste, balançou-se nas pernas e atirou-a com toda a força

(⁶) Impostos.
 (⁷) «Despesas de hospedagem, de fornecimento de carregadores e cavalgaduras a pessoaagem oficial em trânsito, de alimentos à força que [passasse] no reino com caixa e bandeira, etc.» (CASTRO, Alberto Osório de — *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, p. 153).

contra ele. Falhou o alvo. Depois, mais decidido ainda, tomou a segunda e lançou-a com ímpeto. Pela segunda vez falhou. — Agora, sou eu — disse o outro. Logo à primeira, Chico Tô caiu por terra, atravessado no peito. E morreria se o homem o não tivesse curado por processos mágicos. Ficou o régulo assombrado de ver os poderes do seu súdito. — Dá-me as tuas azagaia, que eu te oferecerei este chifre de búfalo. Ele te livrará de todos os apuros. Aceitou Chico Tô, não escondendo a sua satisfação, tal foi a confiança que ganhou nesse homem. Ora, aconteceu que o governador Hugo de Lacerda incumbiu Chico Tô de ir a Manu-Fahi cobrar *finas* (⁶) e *gastos* (⁷). Tocaram os tambores a reunir os guerreiros. Centenas deles acorreram pressurosos, com armas e escudos. Mas Chico Tô só escolheu vinte e quatro deles. — Como é possível — atalhou logo um — que tão poucos possam conseguir o que D. Lucas, de Motael, não conseguiu com 5000 homens? E nem sequer voltou de lá! — rematou de baixinho e depois de uma ligeira pausa. Chico Tô nem olhou para o interlocutor e limitou-se a dizer: — Sigam-me! E partiram logo. Dirigiram-se para Aileu, e aí pernoitaram. No dia imediato, encaminharam-se para Maubisse, para Ria-que, já em domínios de Manu-Fahi. Logo que a notícia chegou ao régulo, este despachou um do seu conselho a perguntar aos homens de Bidau a que iam.



— Vimos cobrar *fintas* e *gastos*, por ordem do governador — disse-lhe o régulo de Bidau.

— Não temos nem *fintas* nem *gastos* — retorquiu o mensageiro. — Só temos mulheres, se quiserdes pagar os seus *barlaques*.

— Não! Só vimos pelas *fintas* e *gastos* e saber onde tendes D. Lucas, de Motael — disse, agastado, Chico Tó.

— Se nisso teimais, tereis de enfrentar as nossas armas.

— Vinde então — rematou o *liurai* de Bidau.

Voltou o maioral para junto do régulo de Manu-Fáhi, a quem deu conta da sua missão. Rufaram os tambores de guerra e numerosos guerreiros vieram alinhar-se diante do seu *liurai*. Depois, a um sinal deste, puseram-se em marcha, até envolverem o pequeno grupo de Bidau. Soavam pelos ares *haclalas*, estrondosos e ameaçadores.

Todos os de Chico Tó sentiram medo. Alguns até choravam. Mas o comandante apenas lhes recomendou confiança e que comessem à farta até os de Manu-Fáhi darem o assalto.

Foram uns instantes sòmente. Os guerreiros de Manu-Fáhi arrancaram desenfreados para os poucos guerreiros de Bidau.

Foi então que Chico Tó pegou do chifre de búfalo e soprou nele a plenos pulmões.

A terra tremeu toda. Um vento ciclónico sacudiu as árvores, arrancando-as e atirando-as para longe. Trovões e relâmpagos cruzaram os espaços. A chuva caiu em torrentes. Os guerreiros de Manu-Fáhi tombaram no chão, uns sobre os outros, arrastados pelo vento e pelas águas, atordoados pelos trovões, fulminados pelos raios, sepultados sob as árvores. Poucos se salvaram.

Perante tamanha desgraça, o régulo de Manu-Fáhi, arrastando-se a muito custo e transido de medo, chegou até junto de Chico Tó e prometeu-lhe satisfazer todas as exigências,

(⁸) PASCOAL, Ezequiel Enes — «Chico Tô», *ibidem*, ano VI, n.º 4, Julho-Agosto de 1954, 223-225.

quais eram as de pagar as *fintas* e *gastos* e devolver D. Lucas e os seus 5000 homens com as respectivas mulheres. Então o temporal serenou e o Sol voltou a brilhar nos céus. E ali mesmo, os dois régulos celebraram pacto de eterna amizade. Por via dele, o nome deste local de Same, onde Chico Tô operou tão grande prodígio, passou a designar-se *Leo-Laco*, que assim se chamava até então o regulado do *liurai* gigante, e a expressão *Bidau* levaram-na os vencedores, em jeito de troféu, para Dili e a reservaram para o seu reino. (⁸)

NOTA FINAL

E STES são alguns dos mitos e lendas dos Timores. Eles nos revelam, em primeiro lugar, um fino espírito, apegado à tradição e à história dos povos.

Apoquentado por todo um mundo de mistérios e terrores sobrenaturais, o Timorense sente a necessidade de explicar, de justificar as suas superstições. Estas tradições orais nos mostram a preocupação de racionalizar, de um modo maravilhoso embora, as crenças e os seres sagrados.

E tudo isto em abono de que, entre estas gentes, o espiritual domina e impregna todo o seu viver.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CAMPOS, Porfírio — «Algumas Notas sobre Timôr. I: O Descobrimiento da Ilha», *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau), ano XXXVI, n.º 419, Fevereiro de 1939, pp. 509-514.
- CARMO, António — *O Povo Mambai. Contribuição para o Estudo do Povo do Grupo Linguístico Mambai*. Lisboa, 1965. Ciclost.
- CASTRO, Afonso de — *As Possessões Portuguezas na Oceania*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.
- CASTRO, Alberto Osório de — *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.
- CORREIA, A. A. Mendes — *Timor Português. Contribuições para o seu Estudo Antropológico*. Lisboa, Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais, 1944. (Col. «Memórias, Série Antropológica e Etnológica», n.º 1).
- CORREIA, Armando Pinto — *Gentio de Timôr*. Lisboa, Ed. do Autor, 1934.
- *Timor de Lés a Lés*. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.
- FERNANDES, Abílio José — *Esbôço Histórico e do Estado Actual das Missões de Timor...* Macau, Typ: — Mercantil de N. T. Fernandes & Filhos, L.^{da}, 1931.
- FERREIRA, João Gomes — «Relatório do Superior da Missão de Timor», *Annaes das Missões Ultramarinas* (Lisboa), ano I, 1889, pp. 74-84.
- FRANÇA, Bento da — *Macau e os seus Habitantes. Relações com Timor*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

- FREDIQUE, Joane — «Como nasceu Timor (Lenda)», *Seleções Femininas* (Lisboa), ano I, n.º 10, Março de 1955, pp. 27-29.
- GOMES, Ruy Cinatti Vaz Monteiro — *Explorações Botânicas em Timor*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1950. (Col. «Estudos, Ensaios e Documentos», n.º 4).
- «Vocabulário Indígena de Algumas Plantas Timorenses», Garcia de Ota (Lisboa), vol. II, n.º 3, pp. 359-366.
- MAGALHÃES, António Leite de — «Subsídios para o Estudo Etnológico de Timor», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia* (Porto), vol. I, fasc. III, 1920, pp. 37-65.
- MARTINHO, José Simões — *Timor. Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*. Porto, Livraria Progredior, 1943.
- MELO, Joaquim Gabriel de — «Lenda dos Doze Pratos Sagrados de Picaluli», *Defesa Nacional* (Lisboa), ano XVII, n.ºs 193-194, Maio-Junho de 1950, p. 27.
- «Lenda do Gondão das Sete Princesas», *Defesa Nacional* (Lisboa), ano XVII, n.ºs 193-194, Maio-Junho de 1950, p. 45.
- OLIVEIRA, Emílio Euclides de — «Uma Lenda e uma Devção», *Seara (Dili)*, ano VI, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1954, pp. 54-55.
- OLIVEIRA, Luna de — *Timor na História de Portugal*. 3 vols. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949-1952.
- PASCOAL, Ezequiel Enes — «Bere-Mata-Ruac (Lenda)», *Seara (Dili)*, ano VI, n.º 2, Março-Abril de 1954, pp. 104-107.
- «Chico Tó. Lenda Timorense», *Seara (Dili)*, ano VI, n.º 4, Julho-Agosto de 1954, pp. 223-225.
- «Curiosa Lenda», *Seara (Dili)*, ano II, n.ºs 3-4, Março-Abril, pp. 40-42.
- «O Dilúvio na Tradição de Lautém», *Seara (Dili)*, ano VI, n.º 5, Setembro-Outubro de 1954, pp. 267-268.
- «O Primeiro Habitante de Timor», *Seara (Dili)*, ano II, n.ºs 1-2, Janeiro-Fevereiro de 1950, pp. 9-11.
- «O Resto da Terra (Lenda)», *Seara (Dili)*, ano III, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1951, pp. 18-20.
- PEREIRA, Luis Consiglieri Sá — «O Loron-Ga (Prece ao Sol)», *Defesa Nacional* (Lisboa), ano XVII, n.ºs 193-194, Maio-Junho de 1950, pp. 41-42.
- RODRIGUES, José B. — *O Rei de Nari. História, Lendas, Tradições de Timor*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1962.

- SÁ, Artur Basílio de — *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*. Vol. I. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961. (Col. «Estudos de Ciências Políticas e Sociais», n.º 45).
- TEIXEIRA, Manuel — «Notícia Histórica das Missões de Timor», *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau), ano XXXVI, n.ºs 414-415, Setembro-Outubro de 1938, pp. 172-222.
- VARIZ, M. M. — «Portugal e as Missões de Timor», *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau), ano XXXIV, n.º 394, Janeiro de 1937, pp. 495-502.

ÍNDICE

Introducción	1
A. El origen de la vida y la evolución	1
B. El origen de la vida y la evolución	1
C. El origen de la vida y la evolución	1
D. El origen de la vida y la evolución	1
E. El origen de la vida y la evolución	1
F. El origen de la vida y la evolución	1
G. El origen de la vida y la evolución	1
H. El origen de la vida y la evolución	1
I. El origen de la vida y la evolución	1
J. El origen de la vida y la evolución	1
K. El origen de la vida y la evolución	1
L. El origen de la vida y la evolución	1
M. El origen de la vida y la evolución	1
N. El origen de la vida y la evolución	1
O. El origen de la vida y la evolución	1
P. El origen de la vida y la evolución	1
Q. El origen de la vida y la evolución	1
R. El origen de la vida y la evolución	1
S. El origen de la vida y la evolución	1
T. El origen de la vida y la evolución	1
U. El origen de la vida y la evolución	1
V. El origen de la vida y la evolución	1
W. El origen de la vida y la evolución	1
X. El origen de la vida y la evolución	1
Y. El origen de la vida y la evolución	1
Z. El origen de la vida y la evolución	1

	Págs.
Introdução	9
A Origem de Timor e o Crocodilo	11
A Criação do Homem e o Dilúvio	23
A Criação do Homem	27
O Dilúvio	31
As Quatro Tribos	41
O Primeiro Missionário de Timor	53
A Guerra entre Behale e Liquiçá e a Fundação do Reino de Vemasse	69
A Guerra entre Behale e Liquiçá	73
A Fundação do Reino de Vemasse	83
Baucau. Sua Fundação e Conquista	89
A Fundação de Baucau	93
A Conquista de Baucau	97
Os Doze Pratos Sagrados de Picalúli	103
O Galo e a Maldade dos Homens	109
O Gondão e as Sete Princesas	121
O «Taumaturgo» João Lere	127
Dois «Golias»	137
Bere-Mata-Rúaque	143
Chico Tô	149
Nota Final	155
Bibliografia Consultada	157

KANOIK contém alguns mitos e lendas de Timor, seleccionados de entre os de mais interesse histórico e etnográfico.

É este, assim, um contributo para o conhecimento dos povos timorenses, por via de manifestações culturais essencialmente virgens da aculturação.

